ISSN: 2527-1598

PGPM-Bio

Boletim da Sociobiodiversidade



Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento
Newton Araújo Silva Júnior

Diretoria de Gestão de Pessoas
Cláudio Rangel Pinheiro

Diretoria de Operações e Abastecimento
Cláudio Rangel Pinheiro (interino)

Diretoria Administrativo, Financeiro e de Fiscalização
José Ferreira da Costa Neto

Diretoria de Política Agrícola e Informações
Guilherme Soria Bastos Filho

Superintendência da Gestão da Oferta
Wellington Silva Teixeira

Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade
Ianelli Sobral Loureiro

PGPM-Bio

Boletim da Sociobiodiversidade

Volume 3, Número 1

1º trimestre de 2019

ISSN: 2527-1598

B. Sociobiodiversidade, v. 3, n. 1, p. 1-48, jan. /fev. /mar. 2019

Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Copyright © 2017 – Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <http://www.conab.gov.br>

Depósito Legal junto à Biblioteca Josué de Castro

Impresso no Brasil

ISSN: 2527-1598

O Boletim da Sociobiodiversidade é uma publicação trimestral da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab cujo objetivo é apresentar informações de biomas brasileiros, conjunturais de mercado de produtos da sociobiodiversidade e o relatório de operações executadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade.

Supervisão: Ianelli Sobral Loureiro, Wellington Silva Teixeira e Ênio Carlos Moura de Souza.

Elaboração: Ênio Carlos Moura de Souza, Florence Rios Serra, Ianelli Sobral Loureiro, Humberto L. Pennacchio.

Colaboração: Pâmela Bispo da Silva, Luiz Felipe Melo Gonzaga e Mirelly Gomes Maximino.

Projeto gráfico: Guilherme Rodrigues

Normalização: Narda Paula Mendes – CRB-1/562, Thelma Das Graças Fernandes Sousa - CRB-1/1843

Catalogação na publicação: Equipe da Biblioteca Josué de Castro

631:502(81)(05)
C737b

Companhia Nacional de Abastecimento.
Boletim da Sociobiodiversidade / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1, n.1 (2017-). - Brasília: Conab, 2017-

Trimestral

ISSN: 2527-1598

1. Biodiversidade. 2. Agronegócio. I. Título

Distribuição:

Companhia Nacional de Abastecimento

SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF

(61) 3312-6262

http://www.conab.gov.br / sugof@conab.gov.br

SUMÁRIO

Artigo 5
Conjunturas de Mercado 10
Açaí 11
Amêndoa de Andiroba 20
Amêndoa de Babaçu 22
Borracha Natural 26
Castanha do Brasil 28
Macaúba 31
Mangaba 33
Pequi 36
Piaçava 40
Umbu 45

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE

PGPM-Bio

Volume 3. Número 1 - 1º trimestre de 2019

ARTIGO

Povos e Comunidades Tradicionais e sua relação com a conservação ambiental

Ênio Carlos Moura de Souza[1]
Ianelli Sobral Loureiro[2]

Segundo Toledo[3] (2001), povos e comunidades tradicionais usufruem da riqueza biológica dos ecossistemas ao seu redor. Sua relação com a natureza vai além das relações econômicas de mercado, pois existe uma ligação cultural com a terra e o meio ambiente que é histórica e é passada de geração em geração. Com isso é agregado uma diversificação muito grande dentre os campos de atuação desses povos, que também se identificam como pescadores, agricultores familiares, caçadores, quebradeiras de coco, artesãos, dentre outros. Por serem detentores de conhecimentos tradicionais, trabalham com produtos *in natura* oferecidos pela natureza, e também dominam processos, ainda que simples, de beneficiamento, sendo capazes de comercializar óleos, ceras, polpas e outros produtos com algum grau de valor agregado.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída por meio do Decreto N° 6.040, de 07/02/2007, demonstra a importância da diversidade socioambiental existente no país. A Política tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. O Decreto visa apoiar e garantir a inclusão produtiva, com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social das populações, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

De acordo com o Plano Nacional de Fortalecimento do Extrativismo - PLANAFE[4], em todo o território nacional existem diversos grupos de povos e comunidades tradicionais, como os indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas e extrativistas, que são reconhecidos pelo recurso ou ambiente natural a que se dedicam, como exemplo as quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, castanheiros, geraizeiros, faxinaleiros, fundos de pasto, ribeirinhos, pescadores artesanais, entre outros. O Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais é composto por 28 desses grupos[5].

---

[1] Mestre em economia e analista de mercado dos produtos: babaçu, cacau, mangaba, umbu, pequi e carnaúba. enio.souza@conab.gov.br.
[2] Agrônoma. Gerente de produtos da Sociobiodiversidade. ianelli.loureiro@conab.go.br
[3] TOLEDO, V. M. **Povos/Comunidades Tradicionais e Biodiversidade.** México: Instituto de Ecologia, UNAM, 2001. Disponível em: http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20(1).pdf. Acesso em: 26 fev. 2019.
[4] BRASIL. Ministério do Meio Ambiente**. Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhos PLANAFE**: 2017-2019. Brasília: MMA, 2017. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/ arquivos/planafe_dez14_alt_final.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.
[5] BRASIL. Decreto N° 8.750, de 09 de maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 maio 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm. Acesso em: 26 fev. 2019.

Estas comunidades podem ser diferentes entre si e as denominações pelas quais são conhecidas podem se remeter à sua origem étnica, à sua principal atividade econômica, às características físicas, geográficas, ambientais de seus territórios, ou ainda, aos aspectos de sua cultura e seu modo de vida.

Exemplos de alguns segmentos dos povos e comunidades tradicionais que contribuem para a conservação ambiental no país.

1. Povos indígenas

A atual população indígena brasileira, segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2010, é de 817.963 indígenas. Destes, 502.783 estão localizados no campo e 315.180 fazem parte de áreas consideradas urbanas. Os dados do censo revelaram a presença de povos indígenas em todos os Estados da Federação, inclusive do Distrito Federal.

Ainda, de acordo com os dados do censo, estima-se que a população indígena que mora no meio rural está, em sua maioria, em Terras Indígenas - TIs. O Art. 231, da Constituição Federal de 1988, estabelece que é competência da União demarcar, proteger e fazer respeitar todos os bens das Terras Indígenas:

> ***§ 1º*** *São terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e por eles habitadas em caráter permanente as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.*

Atualmente existem 566 terras indígenas em alguma fase do procedimento demarcatório. Destas, 436 estão regularizadas em 105.714.670 ha. 12% do território nacional, localizadas em todos os biomas, com concentração na Amazônia. Tal concentração é resultado do processo de reconhecimento dessas terras indígenas, iniciadas pela Funai, principalmente durante a década de 1980[6].

2. Comunidades Quilombolas

Segundo Cruz[7], (2016, p. 02) "*As comunidades quilombolas são compostas pela população negra rural ou urbana, que se auto define, a partir das relações com a terra, parentesco, território, ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias*", embora compreendidas dentro das comunidades tradicionais, diferenciam-se das outras, pois, assim como os povos indígenas, têm o seu reconhecimento garantido pela Constituição Federal de 1988.

---

[6] BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Fundação Nacional do Índio. **Modalidades de terras indígenas**. Brasília: Funai, 2019. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas. Acesso em: 25 fev. 2019.

[7] CRUZ, K. C. M. S. **Subsídios para a elaboração e implementação de Políticas Públicas com recorte de gênero e raça na Agricultura Familiar.** Planaltina, DF: UPIS - Faculdades Integradas, 2016.

De acordo com Anjos e Cypriano (2006 *apud* VILELA, CAMPOS, 2014)[8] comunidades quilombolas habitam em terras onde desenvolvem atividades de agricultura, caça, pesca e de coleta. Sua relação com a ancestralidade e o espaço territorial que ocupa, é altamente correlacionado.

Segundo dados apresentados no Plano Nacional de Fortalecimento do Extrativismo – PLANAFE - em 2017 os quilombolas localizam-se em 24 estados da federação, estando a maior parte nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco. Os únicos estados que não registram ocorrências dessas comunidades são Acre, Roraima e Distrito Federal. Em 2016 existiam 2.849 comunidades remanescentes de quilombolas certificadas junto à Fundação Cultural Palmares, estando a maior parte delas localizada no Nordeste.

3. Comunidades Extrativistas

Os produtores extrativistas usufruem da riqueza de oferta de produtos dados pela biodiversidade brasileira e por meio do uso sustentável tiram o seu mantimento e de sua família. Para AFONSO (2012, p. 03)[9], o extrativismo, necessariamente agrega o papel de comercialização e, portanto, é considerado um conjunto de sistemas de exploração de produtos da floresta, destinados ao mercado, seja ele local, regional, nacional ou mesmo internacional. Nessa perspectiva, o extrativismo é tratado como uma atividade econômica, diferente de uma simples tarefa de coleta ou caça para o próprio consumo. Assim, várias cadeias produtivas têm em sua base de sustentação os produtores extrativistas -, caso do babaçu, castanha-do-Brasil, mangaba, umbu, pinhão, açaí, cacau, piaçava, e tantos outros produtos vegetais não madeireiros

A Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. As unidades de conservação podem ser criadas ou reconhecidas pelo poder público dos níveis federal, estadual e municipal, e o domínio da terra pode ser público ou privado, dependendo da sua categoria. As unidades de conservação de proteção integral possuem o objetivo básico de preservar a natureza por meio do uso indireto de seus recursos. Neste grupo estão os Parques Nacionais, as Reservas Biológicas, as Estações Ecológicas, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre. As unidades de conservação de uso sustentável têm objetivo básico de compatibilizar a conservação da natureza, com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Neste grupo enquadram-se as Reservas Extrativistas, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, as Florestas Nacionais, as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Reservas de Fauna e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Segundo dados divulgados pelo PLANAFE - em 2017- O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio realizou o diagnóstico socioeconômico e o cadastramento de famílias residentes em 77 Unidades de Conservação de uso sustentável no território nacional, em especial as Reservas Extrativistas (Resex), Florestas Nacionais (Flona) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Nesse contexto, foram cadastradas 56.903 famílias até o final de 2016, correspondendo a aproximadamente 300 mil pessoas.

---

[8] VILELA, R. O.; CAMPOS, N. L. O. Os quilombos contemporâneos e a proteção da biodiversidade: aproximação teórico-conceitual. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território**, v.5, n.2, p. 42-59, 2014.

[9] AFONSO, S. **A política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do pequi (Caryocar brasiliense)**. Tese de Doutorado em Ciências Florestais, Publicação PPGEFL. 2012.

4. Comunidades Ribeirinhas

O marco teórico presente no Diário Oficial N° 5327, de 14 de agosto de 2013[10], relata o conceito de ribeirinho:

> ***I.*** *[...] O termo "ribeirinho" refere-se àquele que anda pelos rios. O rio constitui a base de sobrevivência dos ribeirinhos, fonte de alimento e via de transporte, graças, sobretudo às terras mais férteis de suas margens. Os primeiros estudos sobre caboclos-ribeirinhos aparecem nos anos cinquenta, com os trabalhos pioneiros de Galvão (1951), Wagley (1952) e Sternberg (1956). Pretrere Jr. (1992) e Furtado (1993), falando sobre as comunidades ribeirinhas da Amazônia, afirmam que estas são compostas em sua grande maioria por moradores que dividem o tempo entre a agricultura e a pesca artesanal, sendo essa a sua maior fonte de proteína animal. Essa pesca é de subsistência, mas eventualmente, a produção excedente é comercializada, principalmente no período de seca. Esse pescador é usualmente classificado como pescador-lavrador ou polivalente.*

As comunidades tradicionais ribeirinhas vivem em regiões de várzea, próximas a rio e têm modo de organização, reprodução social, cultural e econômica fundamentados no uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais.

Segundo dados de 2016, residem 58.417 ribeirinhos em territórios beneficiados pelo Termo de Autorização de Uso Sustentável –TAUS em área da União (BRASIL, 2019)[11].

5. Quebradeiras de Coco Babaçu

Segundo Bastos, Napolitano e Silva [12](2016, p. 24) é relatado um fator histórico-cultural das mulheres quebradeiras de coco:

> *As quebradeiras de coco babaçu são mulheres, adultas e jovens, agricultoras, parteiras, artesãs, cozinheiras, donas de casa, costureiras, professoras, pescadoras, quilombolas, indígenas, extrativistas, enfim, mulheres comuns da comunidade que utilizam o coco babaçu. Há alguns anos tinham vergonha do que faziam, quando passava alguém por perto, elas corriam para esconder o cofo no mato para não serem reconhecidas.*

---

[10] PARÁ. Tribunal de Justiça. Portaria nº 3.086/2013-GP de 01 de agosto de 2013. Autorizar a implementação do Projeto Ribeirinho Cidadão. **Diário Oficial,** Nº 5327, de 14 de agosto de 2013. Diário Oficial da União. Disponível em: http://biblioteca.mppa.mp.br/phl82/capas/POR3086.htm. Acesso em: 18 mar. 2019.

[11] BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério da Fazenda. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Interministerial n° 311 de 19 de agosto de 2010. Institui Grupo Gestor das Ações de Apoio à Comercialização de Produtos Extrativistas, visando coordenar as ações voltadas à comercialização dos produtos oriundos do extrativismo obtidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, ou por suas cooperativas e associações. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 ago. 2010.

[12] BASTOS, S; NAPOLITANO, J. E; SILVA, E. M. S. **Pequenos Projetos Ecossociais de quebradeiras de coco babaçu:** reflexões e aprendizados. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, 2016.

A partir do momento que assumiram seu papel, passaram a se denominar como quebradeiras de coco, passando a se reconhecer, se organizar e a se orgulhar do que fazem. As quebradeiras de coco babaçu é uma categoria de:

> *Afirmação de uma existência coletiva, enquanto unidade de mobilização que tem como característica básica: a mobilização em torno da terra, do livre acesso e da preservação dos babaçuais e da relevância do trabalho feminino na unidade doméstica, tendo no trabalho extrativo do babaçu o seu principal meio de vida* (ALMEIDA, 1995, p.13).[13]

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB lançou em 2015 o Mapa da Região Ecológica dos Babaçuais[14], referente aos estados do Piauí, Tocantins, Maranhão e Pará, com mais de 25 milhões de hectares de babaçuais, em diferentes densidades. O mapa destaca o papel fundamental do babaçu no modo de vida de mais de 300 mil mulheres que, organizadas no MIQCB, buscam conservar a espécie e garantir renda para as famílias das comunidades rurais[15].

[13] ALMEIDA, A. W. B. **Quebradeiras de Coco Babaçu**: Identidade e Mobilização. São Luís: III Encontro Estadual das Quebradeiras de Coco babaçu. 1995.

[14] Projeto Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento social da região ecológica do babaçu, o Mapa da Região Ecológica dos Babaçuais foi lançado no dia 15 de julho de 2015, na UEMA, em São Luis (MA). O Mapa é resultado de um esforço de pesquisa sobre a incidência do babaçu em quatro Estados brasileiros – Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins – e da extensão, atuação e representação dos movimentos sobre o uso do babaçu.

[15] INSTITUTO Socioambiental. Disponível em https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mapa-revela-aumento-da-incidencia-de-babacuais-no-pi-to-ma-e-pa. Acesso em: 07 jul. 2018.

CONJUNTURAS DE MERCADO

A Conab é conhecida pela sua interação com as cadeias produtivas do agronegócio e da sociobiodiversidade. A tradição em levantar informações de qualidade sobre os diversos mercados relacionados ao campo de atuação da empresa, e as análises conjunturais, são reconhecidas pelos diferentes públicos e demais esferas do governo.

Nessa sessão, os técnicos da companhia analisam os dados referentes às atividades do primeiro trimestre de 2019 relativos aos produtos Açaí, Amêndoa de Andiroba, Amêndoa de babaçu, Borracha natural, Castanha-do-Brasil, Macaúba, Mangaba, Pequi, Piaçava, Umbu.

Estes produtos fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade e a análise desses mercados corroboram para o aprimoramento das políticas públicas voltadas a esse segmento, além de subsidiar com informações os atores envolvidos nessas cadeias produtivas.

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE

PGPM-Bio

Volume 3. Número 1 - 1º trimestre de 2019

AÇAÍ

Florence Rios Serra[16]

1. Características do produto

"*E isso não é tudo. Nessa região há uma espécie de vinho violeta escuro que é extraído do suco das palmeiras "açaís", cujo gosto forte e aromático é apreciado pelos brasileiros. Também havia a bordo um número respeitável de sete frascos de vinho que, sem dúvida, estariam vazios quando chegassem ao Pará*"[17].

O trecho retirado do livro de 1876, A Jangada, de Júlio Verne, que conta a história da viagem da família de um fazendeiro pela Amazônia já fala do açaí como uma bebida consumida e apreciada pelos brasileiros. Mesmo nunca tendo pisado na Amazônia ou mesmo no Brasil, Verne trabalhava seus textos, a partir de outros escritos, outras imagens. Tal citação indica que o açaí já era conhecido e visto como um símbolo ou referência da Amazônia brasileira, desde esta época, e provavelmente muito antes.

A exploração dos frutos do açaizeiro é datada da época pré-Colombiana, sendo consumido em larga escala pela população amazônica, porém, o reconhecimento como fruteira de expressão econômica é fato recente e já ultrapassou as fronteiras da Amazônia e do Brasil[18].

O açaí pertence ao gênero botânico *Euterpe*, e na Amazônia é representado por duas espécies de interesse econômico agroindustrial: *Euterpe precatoria* (açaí solteiro) e *Euterpe oleraceae* (açaí de touceira) e pela *E. edulise,* encontrada na Mata Atlântica cujo fruto é conhecido botanicamente como Juçara[19].

O açaizeiro pode ser considerado como originário do centrossul americano, subcentro Brasil-Paraguai, as maiores áreas ocupadas com essa espécie, todavia, encontram-se na Amazônia Oriental brasileira, mais precisamente na região do estuário do rio Amazonas, local cujo tipo climático é caracterizado por ser quente e úmido, com pequenas amplitudes térmicas[20]. O açaí é uma planta encontrada em profusão nas várzeas, terrenos cultiváveis junto aos rios e ribeirões,

[16] Engenheira de alimentos e Analista mercado dos produtos: açaí, buriti, juçara, murumuru, piaçava e pinhão. florence.serra@conab.gov.br.

[17] VERNE, J. A jangada. França: Pierre-Jules Hetzel, 1888.

[18] MULLER, A.A.; FARIAS NETO, J. T.; ESPÍRITO SANTO, D. E. S.; Silva, M. R. A., Variação Genética em Progênies de Açaizeiro Branco**. Revista Científica Agrária**, Belém, PA, n. 43 p. 193 –188, jan.– jun., 2005.

[19] TAVARES, G. S.; HOMMA, A. K. Comercialização Do Açaí No Estado Do Pará: Alguns Comentários. **Revista Eumednet**. Observatório de la Economia Latino- Americana. Brasil, Setembro, 2015

[20] OLIVEIRA, M. S., CARVALHO, J.E, NACIMENTO, W. M. O., MULLER, A.A. **Cultivo do açaizeiro para produção de frutos**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, jun. 2002. (Comunicado Técnico, 26).

contudo alguns produtores, inclusive de outros estados como Maranhão e Tocantins têm realizado seu plantio em terra firme, garantindo produção farta e menos esforço para a coleta[21].

A espécie mais visada, tanto pela preferência local, quanto pela agroindústria é a *Euterpe oleraceae,* conhecida também como açaí verdadeiro, açaí de touceira, açaí preto – roxo entre outros nomes. As várzeas são como centro de diversidade genética do açaizeiro, pois nessa região são encontradas numerosas populações com variações bem acentuadas entre e dentro delas, quanto às características morfológicas, fenológicas, fisiológicas e agronômicas das plantas. Nesse sentido, há uma variedade de frutos em função das características citadas. Além do açaí roxo ou comum, tem-se o açaí branco, açaí-açu, açaí espada, açaí sangue de boi, açaí tinga e açaí-chumbinho[22].

Palmeira cespitosa, A *Euterpe oleraceae* cresce em touceiras ou perfilho formadas por sucessivas brotações a partir de uma unidade de dispersão (semente ou rebento), chegando até 20 (vinte) pés por touceira em diferentes estágios de crescimento, variando em função das condições ambientais. A formação de touceiras é característica específica da *E. oleracea,* não sendo observada na *E. precatoria* (açaí solteiro) ou na *E. edulise* (juçara)[23].

O açaí tem um mercado de consumo tradicional e consolidado na sua própria região de origem, a Amazônia, contudo vem sendo comercializado nas grandes capitais brasileiras, nas mais diferentes formas (sorvetes, picolés, alimento energético, acompanhado de outras frutas e cereais, bebida energética, geleias, etc) e em países como Estados Unidos e Japão, principalmente como suplemento energético[24].

O rápido e surpreendente crescimento do açaí tem origem na fama alcançada como nova superfruta, manancial de vitaminas, rica em antocianinas, substância antioxidantes, que o torna a sensação dos energéticos. Tal cenário impulsionou a produção para suprir a ascendente demanda mundial.

2. Tendências e oportunidades

O crescimento da demanda mundial de açaí tem estimulado a busca de novas alternativas e tecnologias de produção, processamento e exportação do fruto, ao mesmo tempo que abre

---

[21] OLIVEIRA, M. S. P., FARIAS NETO, J.T. Cultivar BRS-Pará: Açaizeiro para Produção de Frutos em Terra Firme. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, dez. 2004. (Comunicado Técnico, 114) **Embrapa Amazônia Oriental**.

[22] ZANATTA, G. V. O extrativismo de açaí (Euterpe Precatoria Mart.) e os sistemas produtivos tradicionais na Terra Indígena Kwatá-Laranjal Amazonas. 2012. Dissertação - Instituto Nacional De Pesquisas Da Amazônia – Inpa. Programa De Pós-Graduação em Ciências de Florestas Tropicais. Manaus, 2012

[23] QUEIROZ, J.;A. L.; MOCHIUTTI, S. **Guia prático de Manejo de açaizais para produção de frutos**. 2. ed. Brasília-DF: Embrapa, 2012.

[24] PAGLIARUSSI, M. S. **A cadeia produtiva agroindustrial do açaí**: Estudo da cadeia e proposta de um modelo matemático. 2010. Dissertação - Universidade Estado de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, SP, 2010.

inúmeras oportunidades, tanto de emprego e renda para a população local, quanto de incremento no mercado agroindustrial brasileiro[25].

A grande maioria da produção de açaí ainda hoje advém do extrativismo ou manejo de sistemas agroflorestais, entretanto, o crescimento da demanda do fruto de açaí tem levado muitos produtores a inovar técnicas de cultivo, visando desenvolver sistemas apropriados com a finalidade de obtenção de maior produtividade e, consequentemente, maior oferta do produto tanto na safra como na entressafra. Nesse sentido, o plantio em terras firmes tem-se mostrado uma excelente alternativa para atendimento da demanda crescente, tanto nacional quanto internacional (HOMMA *et al*., 2006). Enquanto a produtividade do extrativismo é 4,2t/ha, os sistemas manejado e irrigado podem alcançar 8,4t/ha e 15t/ha, respectivamente, podendo aumentar ainda mais com a adoção de tecnologias.

A Embrapa Amazônia Oriental praticou seleção fenotípica em plantas da Coleção de Germoplasma de Açaizeiro e obteve a cultivar "BRS-Pará", a primeira selecionada para as condições de terra firme, que apresenta bons níveis de produtividade de frutos (10 t/ha/ano) e rendimento de polpa (15% a 25%). A empresa também desenvolveu um conjunto de técnicas para o manejo do açaí nativo, reconhecidas e aceitas para aplicação em áreas de proteção ambiental.

O plantio de açaizeiro em áreas de terra firme representa também excelente alternativa à recuperação de áreas desmatadas como também para reduzir a pressão sobre o ecossistema de várzea, muito mais frágil, evitando sua transformação em bosques homogêneos dessa palmeira. Outra vantagem no plantio de açaizeiros em áreas de terra firme está relacionada com a facilidade de transporte rodoviário e de beneficiamento, de forma mais rápida, sem depender do transporte fluvial mais lento.

Outro desafio a ser vencido refere-se a redução dos custos de exportação do açaí que é impactado pela alta perecibilidade do produto. A obtenção de produtos com baixo teor de água e mesmo a sua transformação em pó, com durabilidade e sabor adequados têm sido alternativas para conseguir produtos com maior durabilidade e aptos para e exportação. Um fato interessante é o uso da atomização (*spray dryer*) para desidratar o açaí, mesmo processo empregado para a fabricação de leite em pó. Açaí em pó, assim obtido e embalado em cartuchos plásticos aluminizados (que possam oferecer barreira contra a luz, umidade e oxigênio), tem considerável vida útil.

Hoje, os produtos prontos à base de açaí, que chegam ao mercado externo são, em sua maioria, consumidos por nichos de mercados compostos geralmente por imigrantes, uma vez que os consumidores locais, tanto norte-americanos, europeus e japoneses em sua maioria ainda veem o açaí apenas como suplemento energético e um alimento exótico e não como uma opção de *fast-food* saudável. Dessa forma, além das dificuldades tradicionais para a venda nesses mercados há

[25] HOMMA, A.K.O.; NOGUEIRA, O.L.; MENEZES, A.J.E.A.; CARVALHO, J.E.U.; NICOLI, C.M.L.; MATOS, G.B. Açaí: novos desafios e tendências. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, PA v.1, n.2, p.7-23, jan./jun. 2006.

barreiras culturais a serem superadas. A diversificação de produtos à base de açaí tem sido a chave para conquistar esses mercados[26].

Apesar dos EUA ainda ser um dos maiores exportadores de produtos à base de açaí[27], algumas empresas brasileiras têm se destacado não só pela fabricação de produtos à base de açaí, mas também pela abertura de lojas que têm levado formas diferenciadas de consumo ao consumidor brasileiro fora da região amazônica e também aos norte-americano e europeus.

Um bom exemplo, segundo a agência Sebrae de notícias, é a marca goiana Fast Açaí. Especializada no segmento *healthy fast food* (comida rápida e saudável), a empresa tem previsão de inauguração de três novas lojas no Estado da Flórida. A franquia goiana que já possui lojas em Miami (EUA) e Luanda (capital de Angola), inclui, em sua estratégia de atuação no mercado norte-americano, a comercialização do açaí ultracongelado em supermercados, academias e farmácias. A franquia que foi inaugurada no início de 2014 e, hoje, também tem o cupuaçu como carro-chefe, já possui mais de 150 lojas em toda a América[28].

3. Panorama Nacional

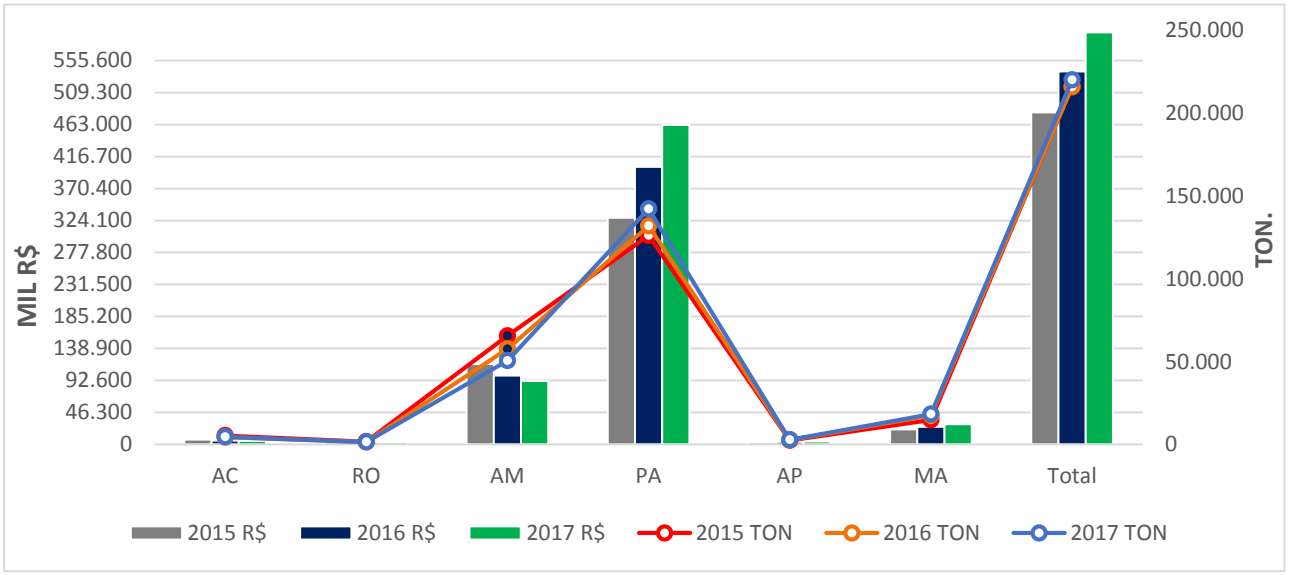
O Pará é e sempre foi até os dias de hoje o maior produtor de açaí do Brasil e o maior exportador, no entanto, até 1990 o Pará respondia por 95% da produção extrativa brasileira. Em 2015 essa participação caiu para 58,3%. Essa mudança aconteceu em função do desenvolvimento da atividade em outros estados brasileiros (Amazonas, Maranhão, Acre, Amapá e Rondônia), uma vez que o açaí se tornou uma promissora oportunidade de negócio, dada a demanda mundial e brasileira[29].

O preço do açaí subiu 308% entre o ano 2006 e 2014. Junto a isso, o volume de produção cresceu 95% no mesmo período. São indicadores muito claros de que a demanda pelo produto é maior que a oferta. Essa grande demanda estimulou o crescimento da produção de açaí plantado no Pará. Ao mesmo tempo levou os comerciantes a buscarem o produto de regiões cada vez mais distantes. O gráfico abaixo mostra a relação entre preço e produção de 2015 à 2017.

---

[26] GALEÃO, P. **Potencialidades e limites da cadeia de valor do açaí em boca do Acre**. Brasília: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017.
[27] BEZERRA, V. S.; FREITAS-SILVA, O.; DAMASCENO, L. F. **Açaí:** produção de frutos, mercado e consumo. Embrapa. Amapá, 2016.
[28] BENTES, E. S. HOMMA, A. K. O., Santos, C. A. N. Exportações de polpa de Açaí do Estado do Pará: situação atual e perspectivas. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55., 2017, Santa Maria, RS. **Anais** [...] Brasília, DF: SOBER, 2017.
[29] INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Desenvolvimento regional Sustentável, Cultura Açaí:** Editorial. Brasília: Banco do Brasil, IICA, 2017.

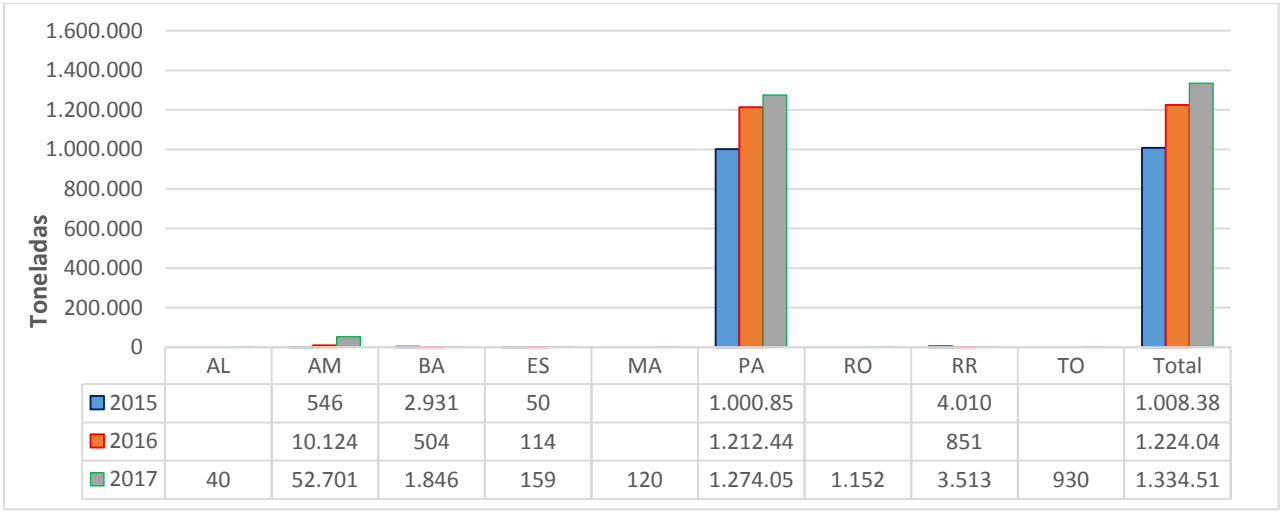
Gráfico 1 - Quantidade e valor da produção extrativista de açaí 2015 - 2017



Fonte: IBGE - PEVS

Observa-se que de 2015 a 2017 a produção extrativista de açaí aumentou 1,67 %. Amazonas e Amapá têm apresentado queda no volume de produção, contudo a diminuição no volume de açaí produzido nos dois estados foi relativamente compensada pelo aumento da produção dos demais, mas não o suficiente para evitar a involução de 0,2% no total nacional. Entre 2016 e 2017, período onde também houve queda na produção dos dois estados, observou-se crescimento de 1,89 % no volume de produção nacional. Não houve queda no valor de produção em nenhum período, sendo que de 2015 para 2016, apesar da baixa no quantitativo produzido houve aumento de 12,36 % na arrecadação, e de 2016 para 2017, o aumento foi de 10,45 %. Observa-se uma evolução de 24,1% para todo o período (2015 – 2017).

Gráfico 2 - Quantidade da produção de açaí cultivado 2015 - 2017



	AL	AM	BA	ES	MA	PA	RO	RR	TO	Total
2015		546	2.931	50		1.000.85		4.010		1.008.38
2016		10.124	504	114		1.212.44		851		1.224.04
2017	40	52.701	1.846	159	120	1.274.05	1.152	3.513	930	1.334.51

Fonte: IBGE - PAM

A queda na produção do Amazonas tem sido causada pela seca na região de várzea, que torna mais difícil o escoamento do fruto em algumas regiões, todavia a diminuição da oferta do fruto não implicou no aumento do preço, uma vez que o transporte do açaí no estado onera, sobremaneira, a produção de açaí -, o que acaba refletindo no preço pago ao produtor.

Quanto ao açaí cultivado o Pará também é o maior produtor, sendo que outros estados que não são relacionados como produtores extrativistas, aparecem como produtores do açaí cultivado, a exemplo da Bahia e o Espírito Santo. Ao contrário da produção extrativa, o quantitativo total de açaí cultivado não sofreu queda no volume de produção entre os anos de 2015 e 2016, com alta de 21,3 % para o período. Entre 2016 e 2017 o incremento foi de 9,03 %, sendo que para o período total (2015 – 2017) o aumento na produção nacional de açaí foi de 32,35 %. O aumento de área cultivada foi o principal responsável para tal incremento. É importante ressaltar que o IBGE considera como açaí cultivado, além dos obtidos por meio de plantio em terra firme, os frutos oriundos de florestas manejadas, mesmo em região de várzea.

Apesar do aumento da participação de outros estados no total produzido de açaí no Brasil, o Pará continua liderando o ranking de produção, sendo que nos últimos anos tem se recuperado quanto ao percentual. Em 2016 o estado foi responsável por 61% da produção de açaí no Brasil, e em 2017, a parcela paraense saltou para 64,6 % da produção nacional, seguido pelo Amazonas com 23%, Maranhão 8,3%. (PEVS, 2017 e 2016)[30]. A tabela abaixo traz as principais cidades produtoras de açaí:

Tabela 1 - Principais municípios produtores de açaí (t)

Município	2016	2017	%
Limoeiro do Ajuru (PA)	35.000,00	40.000,00	14,29
Oeiras do Pará (PA)	23.800,00	25.000,00	5,04
Codajás (AM)	25.000,00	12.000,00	-52,00
Afuá (PA)	8.250,00	8.950,00	8,48
Mocajuba (PA)	7.800,00	7.900,00	1,28
Muaná (PA)	6.348,00	6.985,00	10,03
Inhangapi (PA)	6.400,00	6.500,00	1,56
Ponta de Pedras (PA)	5.348,00	5.929,00	10,86
São Sebastião da Boa Vista (PA)	5.168,00	5.764,00	11,53
Tapauá (AM)	1.400,00	5.660,00	304,29
Lábrea (AM)	5.000,00	5.500,00	10,00
Itacoatiara (AM)	5.300,00	5.000,00	-5,66
São Miguel do Guamá (PA)	3.800,00	4.000,00	5,26

[30] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura** – PEVS: 2015 a 2017. Brasília, IBGE, 2017.

Magalhães Barata (PA)	3.400,00	3.500,00	2,94
São Domingos do Capim (PA)	3.400,00	3.500,00	2,94
Igarapé-Miri (PA)	4.100,00	3.090,00	-24,63
Nova Olinda do Maranhão (MA)	2.404,00	2.487,00	3,45
Humaitá (AM)	2.135,00	2.200,00	3,04
Manicoré (AM)	2.100,00	2.200,00	4,76

Fonte: IBGE PEVS

Pode-se observar que todos os principais municípios produtores estão localizados nos estados do Pará e Amazonas, apenas a partir da 26ª (trigésima quarta) posição aparece o Acre, com a cidade de Feijó, o que mostra a densa concentração no que se refere a regiões de produção do açaí. Assim, 11 % dos municípios produtores extrativistas correspondem a 80,81 % de toda produção nacional.

Os preços praticados no estado do Pará têm uma relação direta com o volume da safra. Durante os anos em que a produtividade dos açaizais foi baixa, o preço teve tendência de alta. No estado do Amazonas, segundo maior produtor, observa-se que o preço do açaí vem sendo lastreado pelo Preço Mínimo, com leves altas ocasionas. Portanto, o estado não acompanha as tendências de aumento dos preços observadas em outras regiões produtoras, pois o alto custo do transporte feito por navegação é repassado para o produtor.

No Maranhão, estado que tem se consolidado como terceiro maior produtor nacional, o preço pago ao produtor é um dos maiores do país e sofre leves oscilações, nunca tendo o estado acessado à subvenção da PGPM-Bio. A produção em terra firme no estado tem possibilitado grande oferta na safra e na entressafra, inclusive para outros estados como o Pará. A tabela abaixo traz o comparativo dos preços praticados no 1º trimestre de 2018 e 2019.

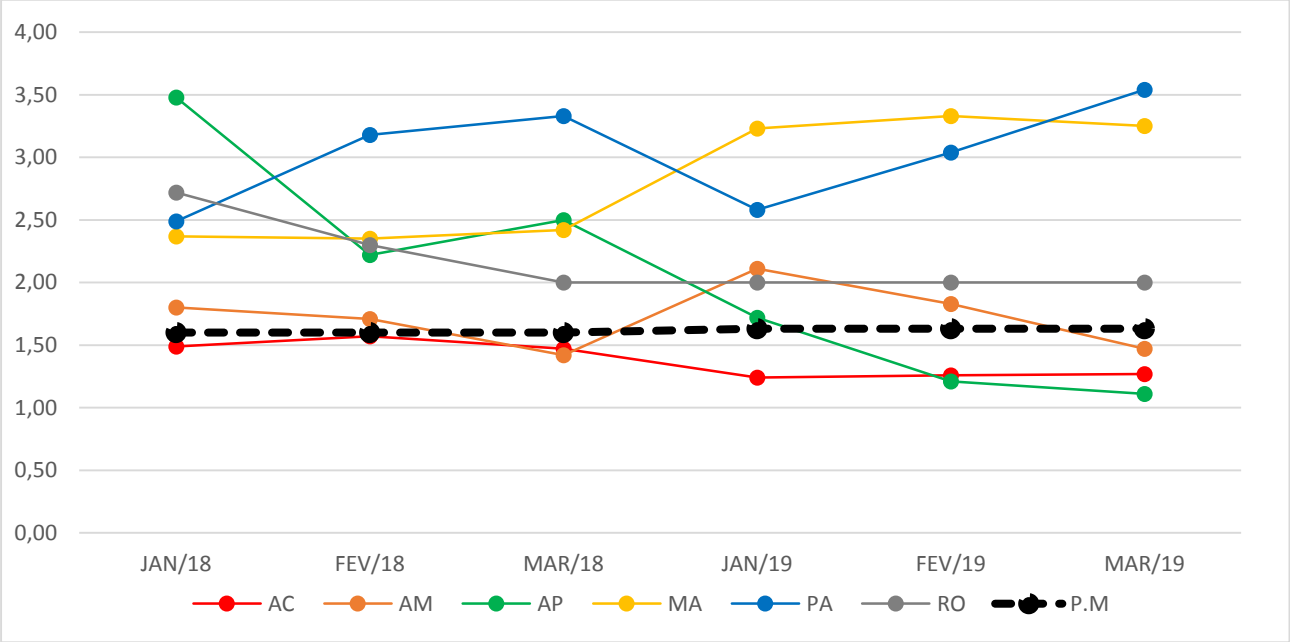
Tabela 2 – Preço pago ao produtor de açaí – R$/kg

UF	1° TRIMESTRE DE 2018			1° TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar				
ACRE	1,49	1,57	1,47	1,24	1,26	1,27	-17%	-20%	-14%	R$ 1,63
AMAZONAS	1,8	1,71	1,42	2,11	1,83	1,47	17%	7%	4%	
AMAPÁ	3,48	2,22	2,5	1,72	1,21	1,11	-51%	-45%	-56%	
MARANHÃO	2,37	2,35	2,42	3,23	3,33	3,25	36%	42%	34%	
PARÁ	2,49	3,18	3,33	2,58	3,04	3,54	4%	-4%	6%	
RONDÔNIA	2,72	2,3	2	2	2	2	-26%	-13%	0%	

Fonte: Conab SIAGRO

A queda mais acentuada ocorreu no Amapá, seguido do Acre. No Maranhão a curva apresentou acentuada ascendência entre o final do ano passado e início deste ano, com estabilização dos preços após esse período, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Comportamento do preço pago ao produtor de açaí 1º tri 18/ 1º tri 19



Fonte: Conab

4. Panorama Internacional

Fazer uma análise precisa da situação do comércio exterior do açaí paraense é uma tarefa difícil já que os registros das exportações de polpa até dezembro de 2016, contidos no banco de dados do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), maior fonte acessível para a pesquisa, foram feitos de forma conjunta com outras frutas e sucos de frutas, cujos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) são: 20098990, 20089900 e 081190001.

Porém, com a publicação da Resolução nº 4 da Câmera de Comércio Exterior (Camex), de 26 de janeiro de 2016, a situação tende a melhorar, haja vista que a polpa de açaí já possui NCM própria (2007.99.21). Ressalta-se que, apesar dessa mudança, pela falta de divulgação os registros continuaram sendo feitos, usando as nomenclaturas aplicadas às frutas e aos sucos em geral.

Conforme relatado pela Camex, quem seleciona as NCMs das operações são os próprios operadores. Os dados estatísticos de comércio exterior, os registos administrativos, declaração de exportação e importação, dependem da escolha do NCM do operador. Essa é uma situação que não deve ser negligenciada, já que a geração de dados sobre o comércio de produtos é fundamental para atrair o interesse e confiança dos demais *stakeholders* envolvidos na cadeia do açaí.

No entanto, considerando-se que o açaí sempre foi registrado no conjunto de frutas e sucos de frutas comercializado com o exterior, pelo estado do Pará, em 2005 essas exportações tiveram por destino apenas seis países (Estados Unidos, Japão, Austrália, França. Alemanha e Nova Zelândia) (Bezerra *et al.,* 2016). Porém, em 2016 esse número subiu para 33 por várias razões, entre as quais se destacam: a demanda e a qualidades do produto, especialmente, “como fonte natural de energia e combate ao envelhecimento”.

O número de países demandantes tende a se expandir ainda mais, conforme expectativa de empresas exportadoras do produto, como a Frooty Açaí e a Amaçaí, com atuação nos Estados Unidos e países da Europa. Hoje, o principal mercado importador do produto são os Estados Unidos, destino da maior parte de toda exportação de açaí brasileira. Nesse contexto, o engajamento do Brasil deve pautar-se também em expandir o processamento da fruta em território nacional, tendo em vista o crescimento da demanda mundial para sucos e polpas de frutas tropicais.

AMÊNDOA DE ANDIROBA

Humberto Lobo Pennacchio[31]

O grande desafio da indústria de óleos amazônicos continua sendo o mercado volátil e imprevisível. Além da incerteza no fornecimento da matéria- prima, outro grande desafio do mercado de ingredientes naturais oriundos de sistemas de extrativismo da floresta amazônica é a manutenção das características do produto, face às dificuldades na coleta das sementes, seu pré-beneficiamento, estocagem adequada, logística de transporte em áreas remotas e organização e comprometimento dos povos da floresta.

A realidade acima descrita persiste, e na atual safra desta matéria-prima, iniciada em janeiro e com previsão de finalização em Junho, o movimento comercial parece incerto. Nesta cadeia produtiva, os maiores volumes comercializados são efetuados por demanda das indústrias processadoras, que em geral adquirem o óleo bruto de andiroba, embora algumas destas ainda adquiram a semente de comunidades previamente cadastradas, efetuando o processamento e extração do óleo em suas unidades.

No trimestre em questão, janeiro/março de 2019, os preços praticados nos dois estados pesquisados, Amazonas e Pará, (Tabela 1) sofreram uma elevação média de 29,2%, em relação aos preços praticados no mesmo período do ano anterior, iniciando no limite inferior de 19%, até o superior de 40%, sinalização de baixa oferta da matéria-prima. Com relação ao volume coletado, o último quantitativo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi para a safra passada, que atingiu um volume de 401,6 toneladas.

Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor – Andiroba amêndoa (R$/kg)

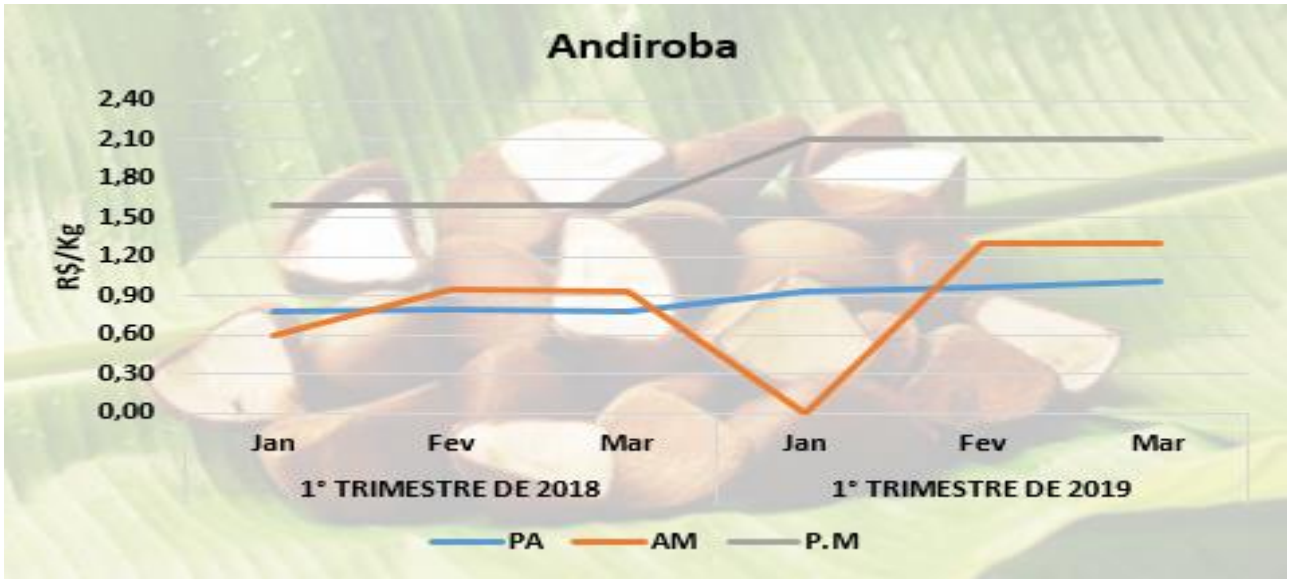
UF	1° TRIMESTRE DE 2018			1° TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar				
PA	0,78	0,80	0,78	0,93	0,97	1,01	19%	21%	29%	R$ 1,60
AM	0,60	0,95	0,93	SI	1,30	1,30	SI	37%	40%	

Fonte: Conab/Siagro

Mesmo com a elevação média de 29,2% neste trimestre em relação ao anterior, os preços médios pagos ao produtor extrativista ainda permanecem abaixo do patamar mínimo fixado pelo Governo Federal para o produto. Gráfico 1 - situação que deverá demandar a aplicação do instrumento de subvenção para a cadeia produtiva.

[31] Economista e Analista de mercado dos produtos: andiroba, baru, borracha, castanha do Brasil e macaúba. humberto.pennacchio@conab.gov.br.

Gráfico 1 – Preços pagos ao Produtor



Fonte: Conab/Siagro

AMÊNDOA DE BABAÇU

Ênio Carlos Moura de Souza[32]

1. Características do Produto

O Babaçu (*Orbygnia phalerata*) é uma das mais importantes palmeiras brasileiras presente na Amazônia, na Mata Atlântica, no Cerrado e na Caatinga, com abrangência de 13 a 18 milhões de hectares, em 279 municípios situados em 11 estados, segundo estudos da Embrapa. Dessa palmeira pode ser extraído o coco babaçu, com uma gama de finalidades, responsável por gerar renda a muitas mulheres que tiram dessa atividade o seu sustento e o de suas famílias.

O coco é composto de epicarpo, mesocarpo, amêndoas e endocarpo. A primeira camada é fibrosa, motivando, portanto, sua maior aplicação na fabricação de xaxins, estofados, embalagens e adubo orgânico. A segunda camada, o mesocarpo, é rico em amido e por isso pode ser usado para alimentação humana e animal. Já o endocarpo é a camada mais resistente e muito utilizada como lenha em alguns setores da indústria. Por fim, a amêndoa (alvo deste trabalho) tem sua principal finalidade na fabricação de óleos e azeites, com utilidade em vários ramos da indústria alimentícia, de cosméticos e produtos de limpeza.

As amêndoas representam cerca de 9% do peso total de um coco babaçu, sendo 60% de seu peso composto de óleo extraído na indústria, em cooperativas ou pelas próprias quebradeiras de coco. Além de beneficiar a amêndoa, as quebradeiras têm a possibilidade de obter a farinha do babaçu a partir do mesocarpo.

2. Preços e comercialização da amêndoa

O primeiro trimestre tem a característica de ser um período chuvoso e isso impede que o trabalho de coleta e quebra do coco babaçu seja realizado na mesma quantidade dos outros trimestres do ano. Em geral, é esperado que o preço nesse período seja mais elevado, devido à queda na oferta.

Acrescido a isso tem o fato da queda da oferta da amêndoa já registrada pelos dados de produção do IBGE, como uma tendência forte dos últimos anos. Com isso também é possível esperar alta nos preços da amêndoa, que tem sido alvo de disputa por azeiteiros, cooperativas, indústrias (mesmo que as poucas remanescentes) e as próprias quebradeiras que conseguem se organizar para a produção própria de azeite.

[32] Mestre em economia e analista de mercado dos produtos: babaçu, cacau, mangaba, umbu, pequi e carnaúba. enio.souza@conab.gov.br.

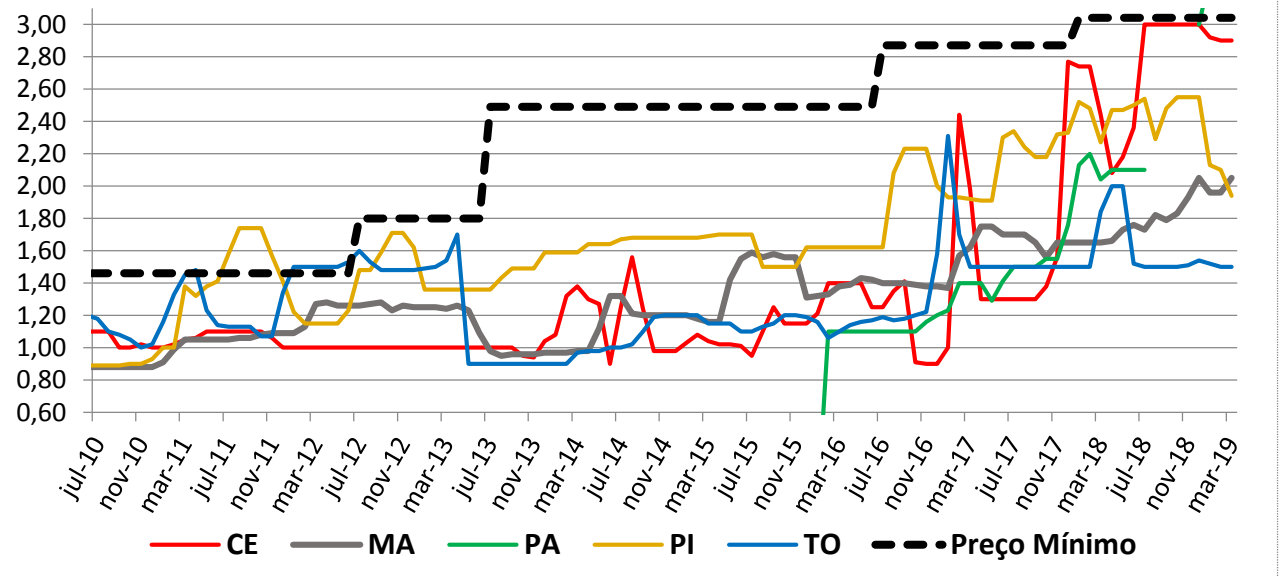
Tabela 1 - Preço pago ao produtor de amêndoa de babaçu - R$/kg

UF	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
CE	2,74	2,74	2,44	2,92	2,90	2,90	7%	6%	19%	R$ 3,04
MA	1,65	1,65	1,65	1,96	1,96	2,05	19%	19%	24%	
PA	2,13	2,20	2,04	3,30	3,50	3,50	55%	59%	72%	
PI	2,52	2,48	2,27	2,13	2,10	1,94	-15%	-15%	-15%	
TO	1,50	1,50	1,84	1,52	1,50	1,50	1%	0%	-18%	

Fonte: Conab

Na tabela 1 tem-se os preços recebidos pelos produtores de amêndoa de babaçu no trimestre, em comparação ao trimestre passado. Apenas o Piauí apresentou queda de preços em 2019 ao ser comparado a 2018. Um dos motivos é o patamar elevado de preços de amêndoa em janeiro, fevereiro e março de 2018, face à escassez do produto naquela época. Outro destaque é o preço no Pará que em março de 2019 apresentas variação positiva de 72% em relação ao mesmo mês do ano anterior, dada a baixa oferta de amêndoa de babaçu relacionada à maior quantidade de comercialização do coco inteiro para queima em indústrias da região.

Gráfico 1 - Preço pago ao produtor de amêndoa de babaçu - R$/kg



Fonte: Conab

Nas cidades maranhenses a amêndoa do babaçu segue valorizada em quase todas as cidades onde a Conab faz pesquisa de preço pago ao produtor. Ainda assim, nenhum dos municípios pesquisados apresentam preço acima do preço mínimo estabelecido pelo governo federal. Tal fato traduz algo já de senso comum: a amêndoa de babau, negociada no maranhão está em sua totalidade vendida abaixo do seu custo variável de produção. Portanto, revelando a

importância de uma política que garanta preço a muitas quebradeiras de coco babaçu, para que não tenham prejuízos na sua atividade produtiva.

Tabela 2 - Preço pago ao produtor de amêndoa de babaçu - R$/kg

MA	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
Bacabal	1,60	1,60	1,60	1,80	1,70	2,00	13%	6%	25%	R$ 3,04
Caxias	2,00	2,00	2,00	2,20	2,25	2,30	10%	13%	15%	
Esperantinópolis	1,50	1,50	1,50	1,80	1,70	1,70	20%	13%	13%	
Itapecuru Mirim	1,50	1,50	1,50	2,70	2,80	3,00	80%	87%	100%	
Pedreiras	1,70	1,70	1,70	1,50	1,55	2,00	-12%	-9%	18%	
Viana	1,50	1,50	1,50	2,10	2,00	2,00	40%	33%	33%	
Zé doca	1,50	1,50	1,50	1,85	1,75	1,50	23%	17%	0%	
Imperatriz	-	-	-	1,40	1,45	1,50	-	-	-	

Fonte: Conab

3. Preços e comercialização dos subprodutos da amêndoa

Da amêndoa de babaçu tem-se dois subprodutos muito importantes, o azeite e o óleo bruto (ou não comestível). O azeite é preparado por cooperativas, azeiteiros ou pelas próprias quebradeiras de coco, muitas vezes em suas residências. O azeite é feito para consumo humano e comercializado localmente em feiras, mercados, eventos, PNAE e PAA, dentre outros modais de comercialização.

Tabela 3 - Preço pago ao produtor de azeite de babaçu - R$/l

AZEITES DE BABAÇU	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	VARIAÇÕES PERCENTUAIS		
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C
CE	22,00	21,70	21,82	22,50	23,38	23,75	2%	8%	9%
MA	11,50	11,00	11,00	14,00	15,00	15,00	22%	36%	36%
PI	11,00	11,00	11,00	12,00	11,05	11,00	9%	0%	0%

Fonte: Conab

O preço do azeite costuma ser de pouco ajuste mensal, mas pode ter oscilações maiores nas comparações ano a ano. Em 2019, no estado do Maranhão, o litro do azeite foi para R$15,00, representando uma alta de 36% em relação ao mesmo período do ano passado. No Ceará e Piauí, os preços tiveram pouca oscilação. Em geral, a baixa oferta justifica os preços mais elevados do Ceará e a maior competição no estado do Piauí. Concentrada na região dos cocais, justifica os preços em patamares mais baixos desse estado em relação aos outros dois.

Tabela 4 - Preço pago ao produtor de óleos não comestíveis de babaçu

ÓLEOS NÃO COMESTÍVEIS	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	VARIAÇÕES PERCENTUAIS		
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C
MA - (R$/kg)	11,00	11,00	11,00	14,00	14,50	14,00	27%	32%	27%
PI - (R$/l)	6,80	6,80	6,80	5,25	5,25	5,25	-23%	-23%	-23%

Fonte: Conab

O óleo não comestível vai para as indústrias de limpeza, cosméticos e alimentos, dentre outras, também seguem pouca tendência de ajustes mês a mês, todavia, as oscilações são mais perceptíveis ano a ano. A competição com o óleo de palma pode gerar um efeito substituição para o óleo de babaçu. A permanência desse produto no mercado pode envolver a melhor escolha do correto nicho de mercado, onde seja valorizado como um produto diferenciado e ligado á responsabilidade social e ambiental.

BORRACHA NATURAL

Humberto Lobo Pennacchio[33]

A cadeia produtiva da borracha natural brasileira tem enfrentado um período conturbado -, reflexo da conjuntura mundial de grande oferta do produto, principalmente dos países asiáticos (responsáveis por cerca de 90% da produção global), situação que vem provocando forte depressão nos preços e, consequentemente, prejudicando a competitividade da borracha nacional. A atividade extrativista sofre ainda mais as incertezas do mercado por ocorrer em áreas de difícil acesso para extração e, obviamente, para o escoamento da produção.

Dada a quantidade produzida pelos seringais nativos, algo em torno de 0,8 % da produção nacional ou cerca 1.032 toneladas, segundo o último levantamento efetuado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), para uma produção brasileira dos seringais plantados de 170.000 toneladas, as Cooperativas e Associações têm procurado inserir o produto oriundo da floresta em um nicho de mercado mais específico, tais como produção de calçados, pequenos artefatos de borracha, pneus para bicicletas e motos, dentre outras aplicações. Para tanto, tem se buscado, através destes setores demandantes, uma qualificação para a melhora na qualidade da matéria-prima ofertada.

Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor – Borracha Natural –CV (R$/Kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2018			1° TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar				
AC	1,80	1,71	1,71	1,95	1,95	1,99	8%	14%	16%	R$ 5,58
AM	2,35	SI	2,45	2,31	2,31	2,20	-2%	SI	-10%	
MT	2,13	1,84	SI	2,14	2,13	2,14	0%	16%	SI	
PA	2,21	2,04	2,04	2,15	2,02	2,15	-3%	-1%	5%	
RO	1,95	1,85	1,88	2,03	1,87	2,03	4%	1%	8%	

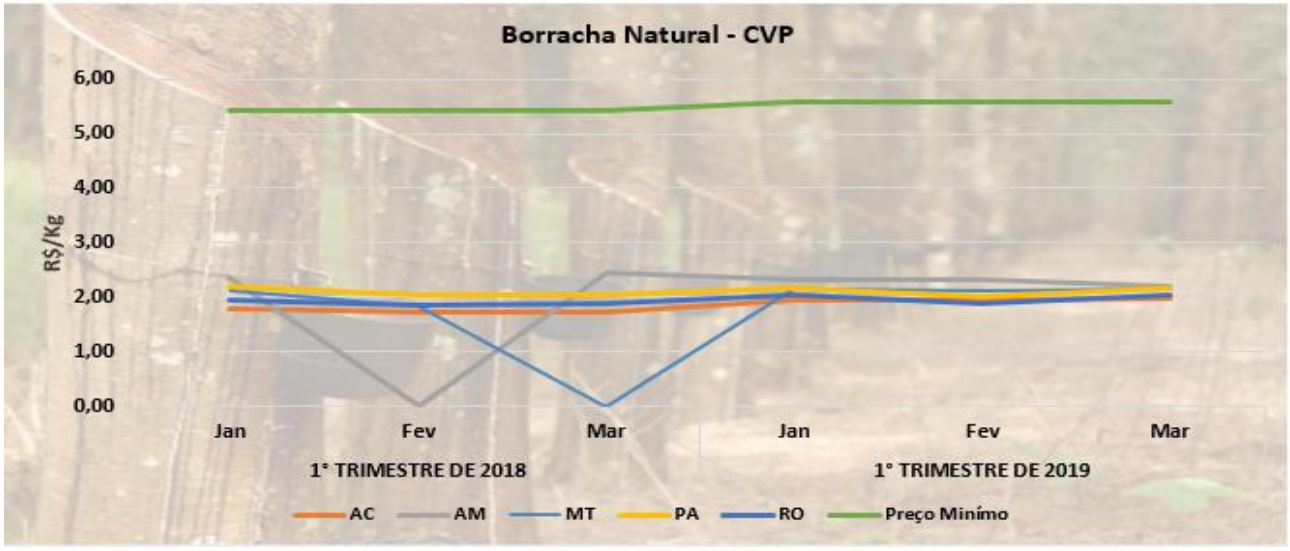
Fonte: Conab/Siagro

O resultado destas pequenas mas significativas mudanças pode ser observado no comportamento dos preços recebidos - tabela 1 - que dispõe os valores do trimestre ora analisado, 2019, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comparados com os valores nominais do ano anterior, na média os preços obtiveram uma elevação de 4%, ainda que abaixo do patamar dos preços médios nominais praticados nas principais regiões de cultivo. O instrumento de apoio do Governo Federal aos produtores extrativistas, Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE) tem contribuído na medida do possível, facilitando e incentivando à comercialização através de um bônus pago diretamente às suas Cooperativas, Associações ou mesmo individualizado.

[33] Economista e Analista de mercado dos produtos: andiroba, baru, borracha, castanha do Brasil e macaúba. humberto.pennacchio@conab.gov.br

Gráfico 1 – Preços pagos ao Produtor



Fonte: Conab/Siagro

Os preços pagos aos extrativistas expressos no gráfico 1 revelam a pequena volatilidade dos mesmos, quando comparados ao trimestre ora analisado e o mesmo trimestre do ano anterior, sinalizando a atuação de poucos adquirentes - quase que um preço “tabelado” em todo Bioma Amazônico.

CASTANHA DO BRASIL

Humberto Lobo Pennacchio[34]

Conforme a última estatística da FAO, a produção mundial de castanha do Brasil em 2017 totalizou 84,08 mil toneladas, oriundas do Brasil, Bolívia, Costa do Marfim e Peru. Além destes países que participam com cerca de 95% do suprimento mundial, Gambia e Marrocos também fornecem algum quantitativo, mas neste ano específico não houve produção nestes países.

A safra brasileira de castanha iniciou-se em final de novembro, início de dezembro, no estado do Acre, primeira região a ocorrer a coleta com boas perspectivas tanto em qualidade quanto em quantidade. No estado do Amazonas a coleta iniciou-se em dezembro, com uma realidade diferente: produção pouco expressiva se comparada às safras anteriores, iniciando primeiramente no município de Boca do Acre, seguido de Lábrea, Beruri e Manicoré. O mês de fevereiro foi marcado pela pequena oferta do produto inferior aos últimos anos, o que, segundo informações colhidas nas unidades locais de ATER (Agência Técnica de Extensão Rural) consultadas, a previsão é de que esta safra seja menos produtiva que a anterior.

O Amapá é o estado onde a safra ocorre mais tardiamente, iniciando no final de março e concentrando-se nos meses de abril a junho. Normalmente os compradores externos deixam para efetuar as suas últimas aquisições nesse estado, dadas as características da safra. Quando não há mais oferta nos outros estados, este supre o mercado com o produto.

O comportamento dos preços nos estados produtores segue uma dinâmica semelhante, com os preços sendo balizados de acordo com a expectativa do tamanho da safra, respeitando as particularidades de cada região, como pode-se visualizar na tabela 1. Verifica-se que no trimestre analisado que os valores apresentam queda em todos os estados nos dois primeiros meses analisados: janeiro e fevereiro, explicados em parte pelo aumento da oferta e também por ajustes promovidos pela escassez do produto há duas safras, ocorridas em 2016/17. Em resumo, o mercado ainda está à procura de uma precificação que retorne aos patamares dos últimos dez anos.

Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor Castanha do Brasil – (R$/Kg)

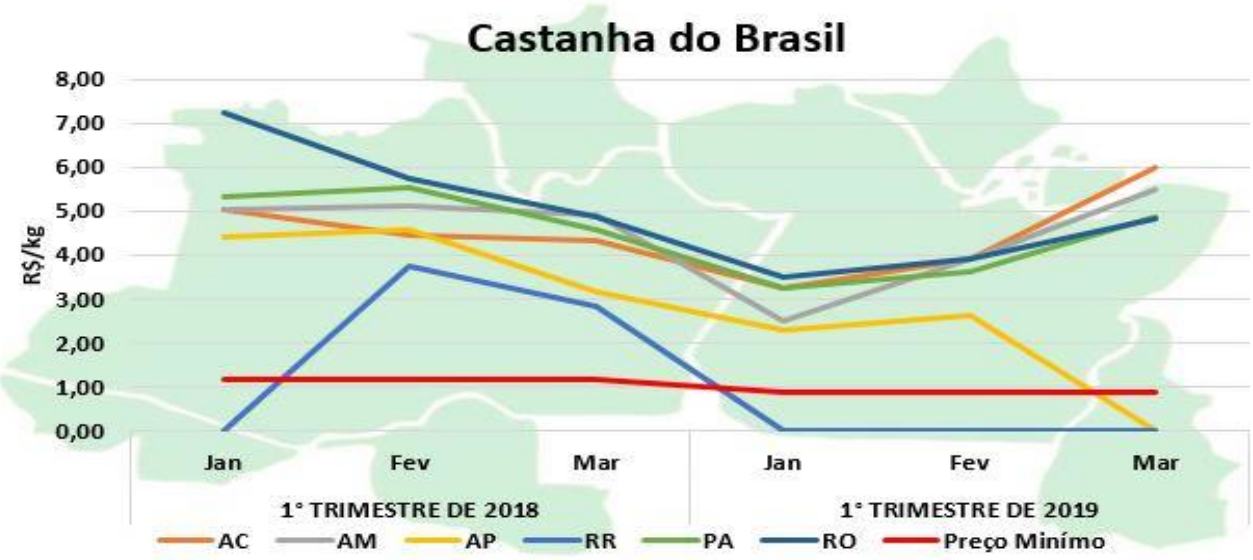
UF	1° TRIMESTRE DE 2018			1° TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar				
AC	5,03	4,44	4,34	3,25	3,93	6,00	-35%	-11%	38%	R$ 0,89
AM	5,05	5,11	4,9	2,51	3,92	5,47	-50%	-23%	12%	
AP	4,40	4,58	3,18	2,3	2,61	SI	-48%	-43%	SI	
RR	SI	3,75	2,84	SI	SI	SI	SI	SI	SI	
PA	5,34	5,53	4,57	3,25	3,64	4,85	-39%	-34%	6%	
RO	7,25	5,72	4,85	3,50	3,91	4,83	-52%	-32%	0%	

Fonte: Conab

[34] Economista e Analista de mercado dos produtos: andiroba, baru, borracha, castanha do Brasil e macaúba. humberto.pennacchio@conab.gov.br

Ainda, com relação aos preços, o gráfico 1 demonstra sua variação no trimestre deste ano de 2019, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Observa-se que o valor praticado no mês de janeiro de 2019, comparado ao mesmo mês de 2018 apresentou uma redução média de 45%, queda que persiste no mês seguinte, rompendo a resistência em março quando apresenta elevação média de 14%, ajustes estes resquício da pequena oferta do produto ocorrida na safra de janeiro de 2017, acontecimento que causou uma elevação anormal dos preços de modo geral.

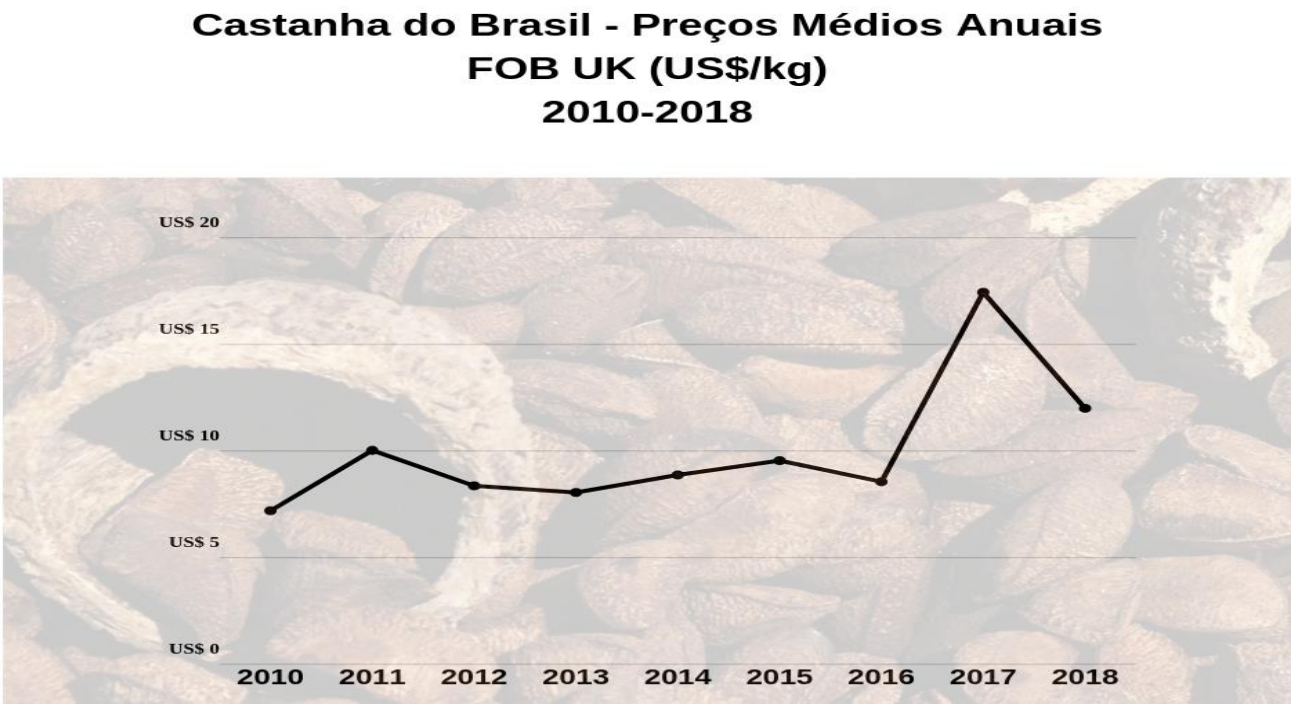
Gráfico 1 – Preços pagos ao Produtor



Fonte: Conab

Os preços praticados no mercado internacional traduzem nitidamente o ocorrido no mercado interno. O gráfico 2 apresenta sua variação média no principal mercado formador de preços, Reino Unido, com destaque para a súbita elevação ocorrida em 2017, resultado, como dito anteriormente, da queda acentuada no volume ofertado, como da péssima safra naquele ano. Este acontecimento, como pode ser observado no gráfico provocou a maior alta dos preços nos últimos oito anos e poderá estabelecer um novo patamar de precificação nos mercados, tanto internacional quanto nacional.

Gráfico 2 - Preços Médios anuais de castanha do Brasil



Fonte: Informa

No trimestre analisado, as exportações brasileiras de castanha atingiram o total de 3,05 mil toneladas-, volume 106% inferior ao observado para o mesmo período do ano anterior, que foi de 6,3 mil toneladas. O preço médio pago pela produto com casca ficou em U$1,25/kg e o produto sem casca, US$5,88/kg. Em relação ao mesmo período do ano anterior, o valor médio da castanha exportada sofreu uma queda de 32,4% para o produto com casca e 47,8%, sem casca. A queda no volume exportado, observada neste ano se deveu praticamente pela saída dos dois principais importadores brasileiros, Bolívia e Peru, que até o momento não efetuaram suas aquisições.

MACAÚBA

Humberto Lobo Pennacchio[35]

Há alguns anos a cadeia produtiva da macaúba encontra-se em processo de mudança e reestruturação, com o objetivo de torná-la produtiva comercialmente nas principais áreas de ocorrência dos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins Minas Gerais e Goiás. Os maiores avanços nesse sentido têm ocorrido no estado de Minas Gerais, onde a produção agrícola da matéria-prima encontra sustentação em duas atividades: a extrativista e a implantação de plantios comerciais do coco. Nos demais estados a atividade extrativista se sobressai, com destaque para o estado do Ceará, regiões Serra da Ibiapaba e Cariri, enquanto que no restante a atividade é ainda incipiente, uma vez que a falta de canais de comercialização é o principal fator inibidor para o bom desempenho da cadeia produtiva.

Uma caraterística da atividade extrativista da Macaúba é a oferta da matéria-prima para colheita imediata, uma vez que os macaubais nativos já se encontram em produção; outra alternativa seria o consórcio com outras culturas tais como milho, feijão, cana, mamona, hortaliças e pastagens para a pecuária, proporcionando geração de renda aos agricultores familiares e extrativistas que utilizam a coleta do coco como uma atividade produtiva complementar.

O novo preço mínimo fixado para a Macaúba(fruto), que entrou em vigor em janeiro de 2019, estabelece a regionalização dos valores, tabela 1, com base nos custos de produção obtidos naquelas regiões. A regionalização se justifica, pois, as realidades dos processos de coletas são distintas, resultando em diferentes níveis de produtividade. Estão contempladas as regiões Norte e Nordeste, com valores de R$ 0,76/Kg e R$ 0,57/Kg, para o Centro-Oeste e Sudeste.

Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor Macaúba – (R$/Kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2018			1° TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar				
NE	0,50	0,53	0,56	0,53	0,47	0,37	6%	-11%	-34%	R$ 0,76
SE	0,25	0,22	0,22	0,22	0,22	SI	-12%	0%	SI	R$ 0,57

Fonte: Conab/Siagro

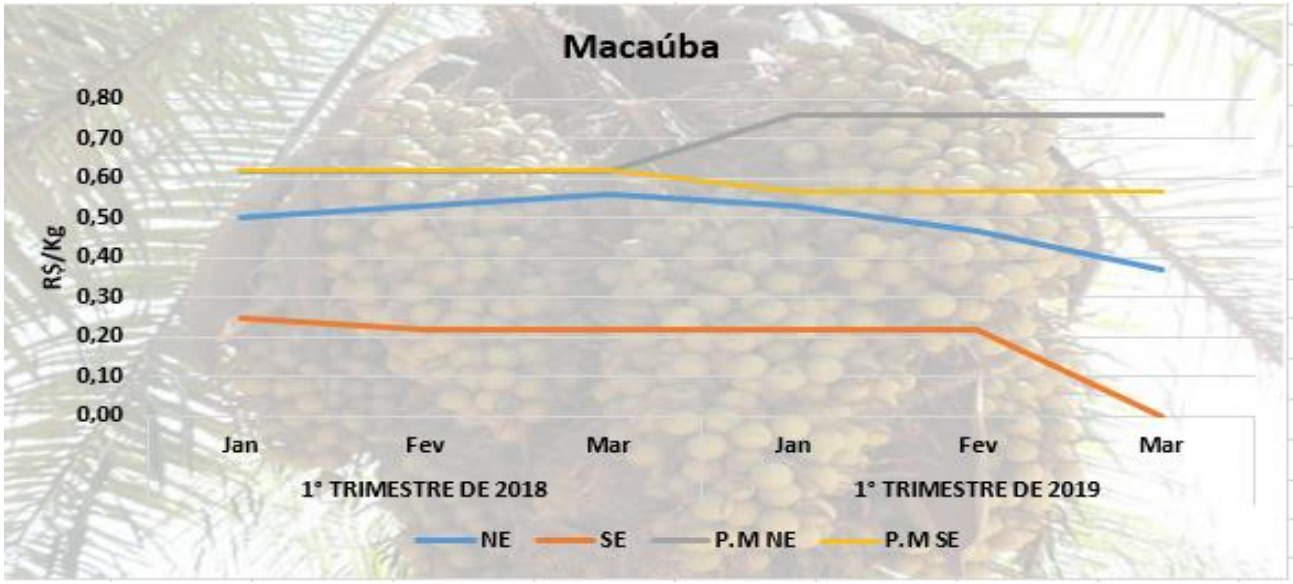
Assim como os custos de produção, os preços também apresentam diferentes comportamentos e valores nominais nas regiões pesquisadas. Na região nordeste, a pesquisa de preços é feita no estado do Ceará, obedecendo a seguinte sistemática em que o preço pago ao produtor extrativista do município de Barbalha recebe mais por quilograma do fruto que seus

[35] Economista e Analista de mercado dos produtos: andiroba, baru, borracha, castanha do Brasil e macaúba. humberto.pennacchio@conab.gov.br

vizinhos do município de Crato. Este fato ocorre já que no município de Crato a safra é toda negociada antes de seu início, isto é, os extrativistas estabelecem antecipadamente com o comprador o valor a ser pago por toda a safra -, o que confere estabilidade no preço recebido pelo produtor. Já no município de Barbalha, os extrativistas comercializam a produção no início da safra, portanto, o preço varia de acordo com a oferta e demanda do produto.

No outro estado pesquisado, Minas Gerais, a comercialização acontece geralmente com cooperativa localizada na região produtora e com precificação antecipada, previamente estabelecida no início da safra, assim como estabelecidos os quantitativos a serem adquiridos. Neste caso, o preço estabelecido não tem muita margem de negociação, uma vez que são poucos os adquirentes. A título de informação, a safra em ambos estados ocorre entre os meses de outubro e março, podendo se prolongar ou antecipar, dependendo da época das chuvas.

Gráfico 1 – Preços pagos ao Produtor



Fonte: Conab/Siagro

O gráfico 1, ilustra a variação dos preços nas regiões analisadas, sofrendo pequena variação na região Sudeste, Minas Gerais e um pouco mais acentuada na região nordeste, Ceará, a partir de janeiro de 2019, resultado da escassez de compradores para a matéria-prima, causando uma queda acentuada nos preços na média do trimestre de 13%, comparado ao mesmo período do ano anterior.

MANGABA

Enio Carlos Moura de Souza[36]

1. Características do produto

A mangabeira (Hancornia Speciosa), é uma espécie frutífera arbórea de porte médio, que atinge de 5 a 10 metros de altura. Nativa do Brasil, é encontrada espontaneamente em várias regiões do país, desde os Tabuleiros Costeiros e Baixadas Litorâneas do Nordeste, onde é mais abundante, até as áreas sob Cerrado da Região Centro-Oeste. Verifica-se, ainda, sua ocorrência nas Regiões Norte e Sudeste. (VIEIRA NETO *et al*., 2002)37.

Além de ser bastante consumida in natura, também é utilizada pela indústria na produção de polpas, doces, geleias, licores, sorvetes, etc. Por ser muito rica em ferro, vitaminas A, B1, B2 e C, é bastante apreciada pelo seu sabor peculiar e explorada por seus benefícios medicinais. O chá da folha tem ação vasodilatadora e é indicado para pacientes hipertensos, regulando e mantendo a pressão arterial, tendo sido fonte de pesquisa de professores universitários e despertando a atenção da indústria farmacêutica. Pesquisadores descobriram que a mangaba possui substâncias eficientes no tratamento da diabetes e que funcionam como ótimos anti-inflamatórios.

2. Preços e comercialização

A mangaba é um fruto de safra muito sensível às condições climáticas e de produtividade da planta, seguindo, em geral, uma bienalidade, ou seja, safras mais produtivas seguidas de safras menos produtivas.

Tabela 1 - Preço pago ao produtor de mangaba (R$/kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2018			1° TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19				
MG	0,60	0,58	0,58	0,90	1,00	SI	50%	72%	-	R$ 1,68
BA	SI	4,38	5,00	4,00	4,00	8,29	-	-9%	66%	R$ 2,68
PB	1,60	1,62	1,65	2,35	2,35	2,35	47%	45%	42%	
RN	3,62	3,50	3,50	3,75	3,75	2,50	4%	7%	-29%	
SE	3,75	4,22	4,95	1,68	2,65	4,17	-55%	-37%	-16%	

Fonte: Conab

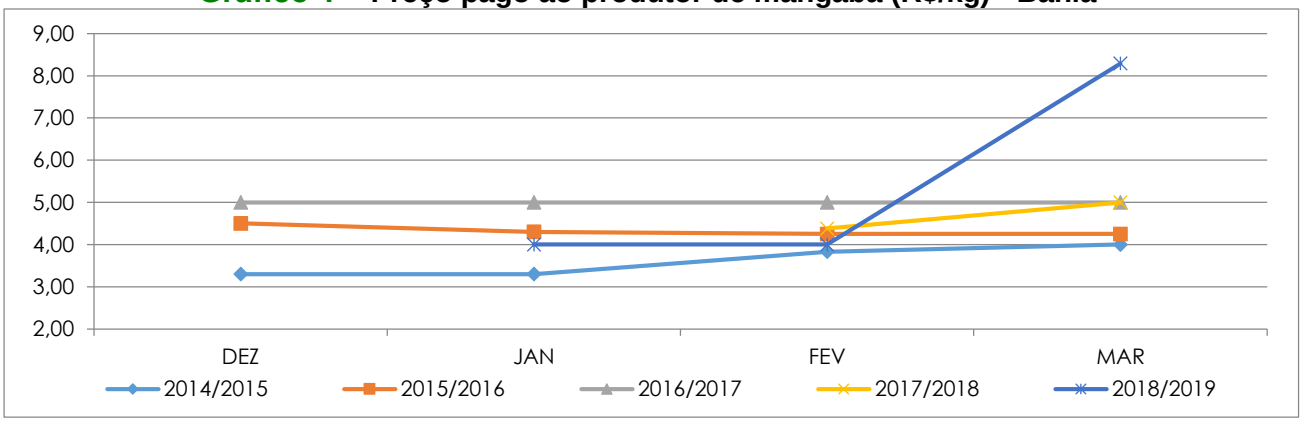
[36] Mestre em economia e analista de mercado dos produtos: babaçu, cacau, mangaba, umbu, pequi e carnaúba. enio.souza@conab.gov.br.

[37] VIEIRA NETO, R.D.; CINTRA, F.L.D.; SILVA, A.L. da; SILVA JÚNIOR, J.F., COSTA, J.L. da S.; SILVA, A.A.G. da; CUENCA, M.A.G. **Sistema de produção de mangaba para os tabuleiros costeiros e baixada litorânea.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002. 22 p. (Sistemas de Produção, 2).

Segundo as expectativas dos produtores e da assistência técnica consultada, essa safra de 2018/2019 tende a ser de menor volume, em comparação à safra 2017/2018. Deste modo, pode-se prever um preço pago ao produtor maior nesta safra. A tabela 1 resume os dados de preços e as variações percentuais na comparação com o trimestre anterior.

Na Bahia, a baixa quantidade ofertada elevou os preços de R$4,00 em fevereiro para R$8,29 em março -, o maior preço das últimas 4 safras, segundo o gráfico 1.

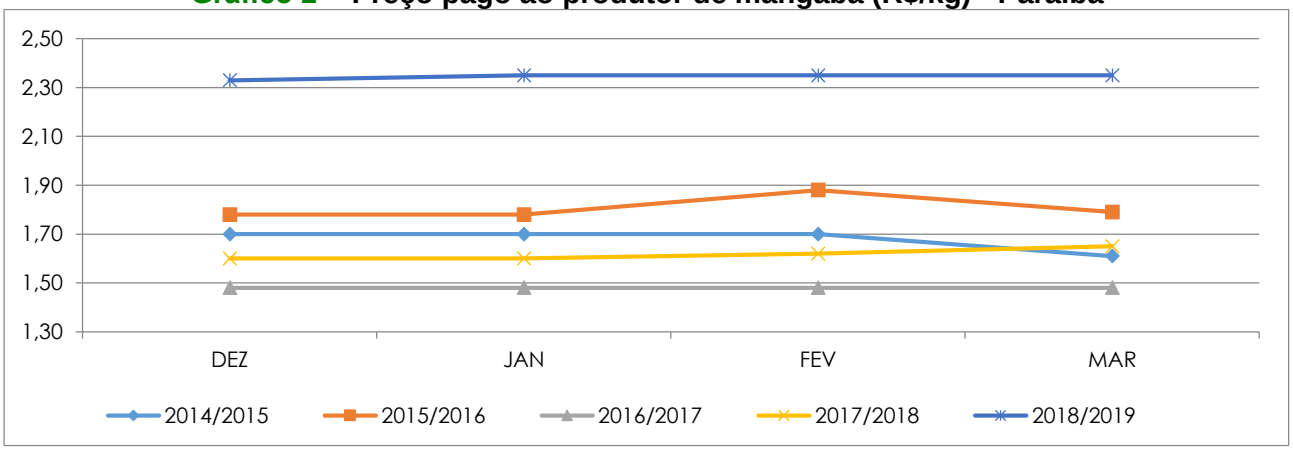
Gráfico 1 - Preço pago ao produtor de mangaba (R$/kg) - Bahia



Fonte: Conab

Na Paraíba o município de Pitimbu elevou a média de preço pago ao produtor do estado para níveis próximos a R$2,30. Já o município de Baia da Traição tem vendido o fruto da mangaba por preços próximos a R$1,80 reais. Em ambos os municípios a planta tem apresentado menor produtividade em comparação à safra passada. Todavia, mesmo diante da alta de preço, o produtor de mangaba ainda recebe menos que o mínimo estabelecido pelo Governo Federal. Portanto, é esperado que o pagamento de subvenção no estado continue alcançando os mais de 600 produtores de mangaba cadastrados na Conab e aptos a receberem o prêmio de subvenção.

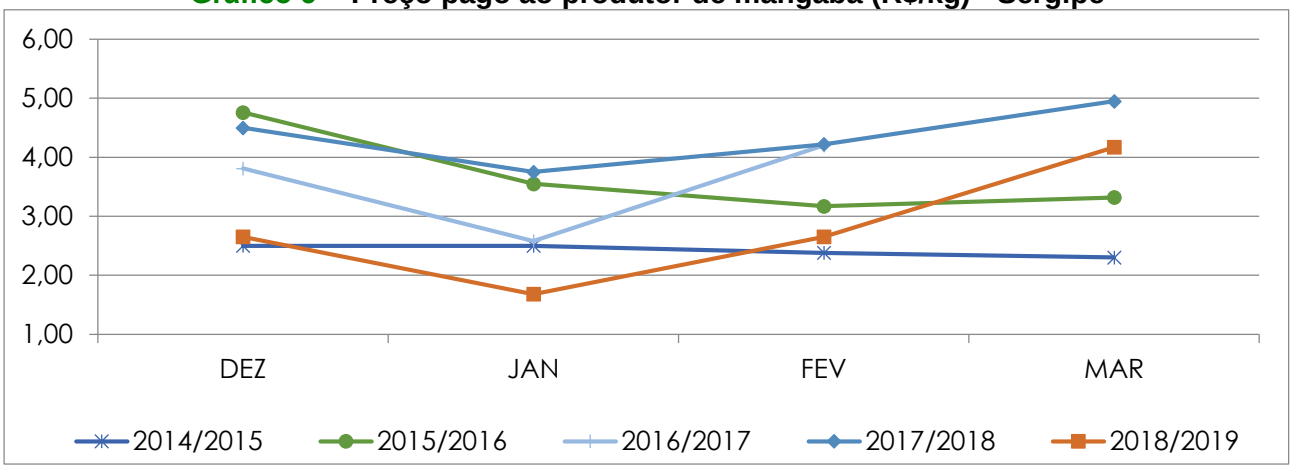
Gráfico 2 - Preço pago ao produtor de mangaba (R$/kg) - Paraíba



Fonte: Conab

No Sergipe, o comportamento dos preços da mangaba é de iniciar em patamares mais altos, caírem em janeiro, período de maior produtividade da planta, e voltarem a subir em fevereiro. Na presente safra a alta dos preços, a partir de fevereiro, foi muito acentuada, devido à expectativa de menor produtividade, já comentada anteriormente.

Gráfico 3 - Preço pago ao produtor de mangaba (R$/kg) - Sergipe



Fonte: Conab

PEQUI

Enio Carlos Moura de Souza[38]

1. Características do produto

O pequizeiro (*Caryocar brasiliense Camb*.) é uma espécie que ocorre no cerrado, e com 50 anos de vida útil o pequizeiro está presente na Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Distrito Federal.

O pequizeiro é uma árvore protegida por lei através da Portaria nº 54 de 03.03.87, do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), hoje Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que impede o seu corte e comercialização de sua madeira em todo o território nacional.

O extrativismo do pequi é uma atividade que traz um importante complemento de renda aos extrativistas. A conciliação entre o desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais é uma preocupação crescente. Já se reconhece nos dias atuais, a possibilidade e as vantagens de se aliar a conservação ambiental, o uso sustentável da biodiversidade e a importância dos extrativistas nesse sentido.

2. Preço e comercialização

O pequi é um fruto de safra muito sensível às condições climáticas e de produtividade da planta, seguindo, em geral, uma bienalidade, ou seja, safras mais produtivas seguidas de safras menos produtivas.

Tabela 1 - preço pago ao produtor de Pequi (fruto) (R$/kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2017			1° TRIMESTRE DE 2018			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR				
MG	0,27	0,31	0,51	0,34	0,44	-	26%	42%	-	R$ 0,67
CE	-	0,30	0,31	1,38	1,18	1,96	-	293%	532%	
GO	0,74	0,60	0,55	0,54	0,52	0,52	-27%	-13%	-5%	
PI	0,85	0,85	0,85	1,40	1,40	1,40	65%	65%	65%	

Fonte: Conab

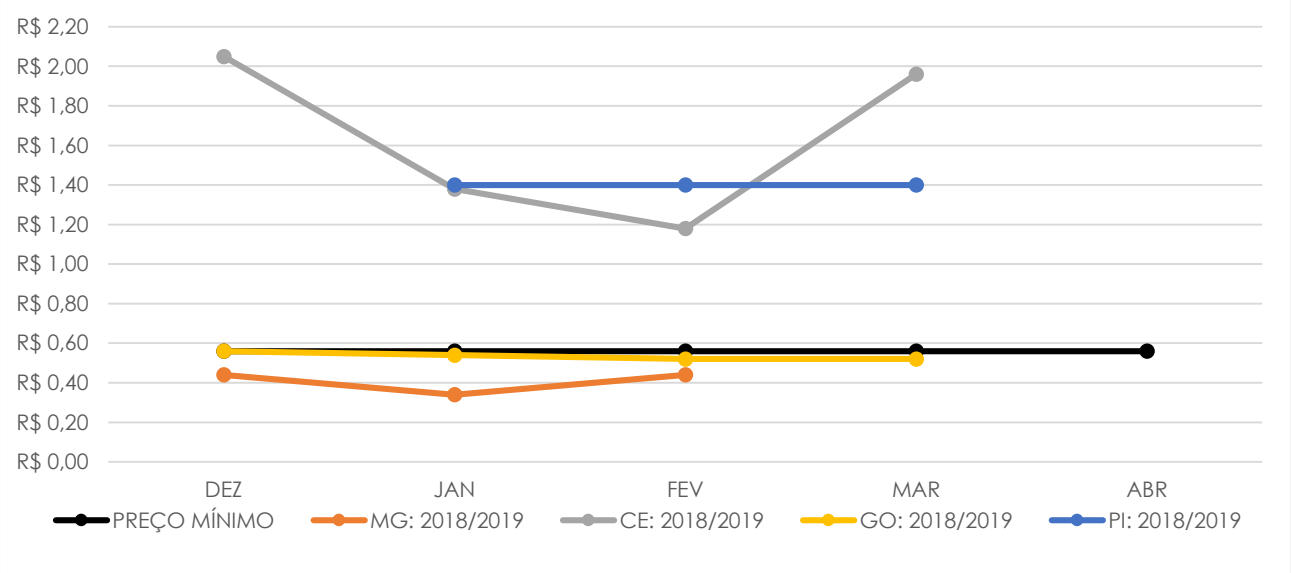
Segundo as expectativas dos produtores e da assistência técnica consultada, esta safra de 2018/2019 tende a ser de menor volume em comparação à safra 2017/2018. Deste modo, pode-se

[38] Mestre em economia e analista de mercado dos produtos: babaçu, cacau, mangaba, umbu, pequi e carnaúba. enio.souza@conab.gov.br.

prever um preço pago ao produtor maior nesta safra. A tabela 1 resume os dados de preços e as variações percentuais na comparação com o trimestre anterior.

Com exceção de Goiás, onde a baixa produtividade esperada não foi fator predominante para fazer o preço subir, os demais estados apresentaram oscilações positivas, devido a esse fator. Minas Gerais e Goiás apresentam preços abaixo do mínimo estabelecido pelo governo federal (gráfico 1). Em Minas Gerais, na safra passada mais de R$1,5 milhões de reais em subvenção para mais de 650 produtores de pequi. É possível que esse número de amparados seja elevado na safra atual.

Gráfico 1 - preço pago ao produtor de Pequi (fruto) (R$/kg)

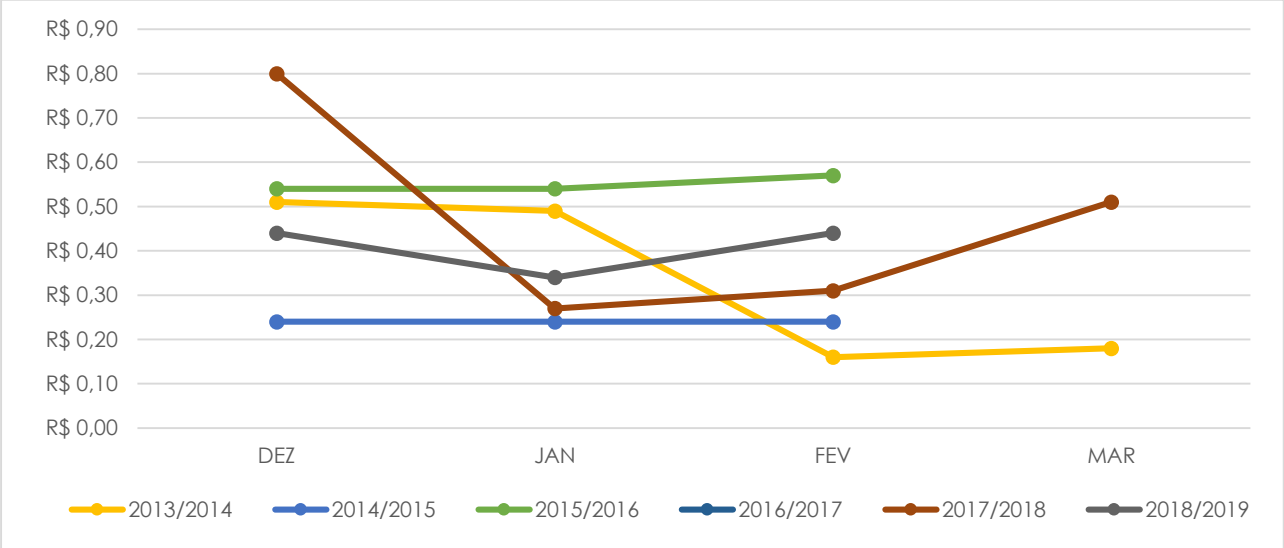


Fonte: Conab

As últimas safras em Minas Gerais têm seus preços dos meses entre dezembro e março apresentados no gráfico 2. As diferentes condições climáticas de cada ano pode atrasar ou adiantar a safra de pequi, refletindo nos preços, que são formados em negociações entre atravessadores e produtores, dadas as expectativas de colheita e dos mercados que se abrem para o fruto, principalmente em centros como Belo Horizonte, Goiás e São Paulo. Estes são os destinos comuns do fruto colhido no norte de Minas, onde se concentra maior parte da produção do estado.

A safra de 2018/2019 tem uma expectativa de produtividade menor que aquela de 2017/2018, segundo contatos com produtores locais e assistência técnica. Como são apresentado no gráfico abaixo, os preços desta safra estão acima daqueles registrados na safra passada, até fevereiro. Em março não foi possível registro de preço pela pesquisa da Conab, por falta de informações.

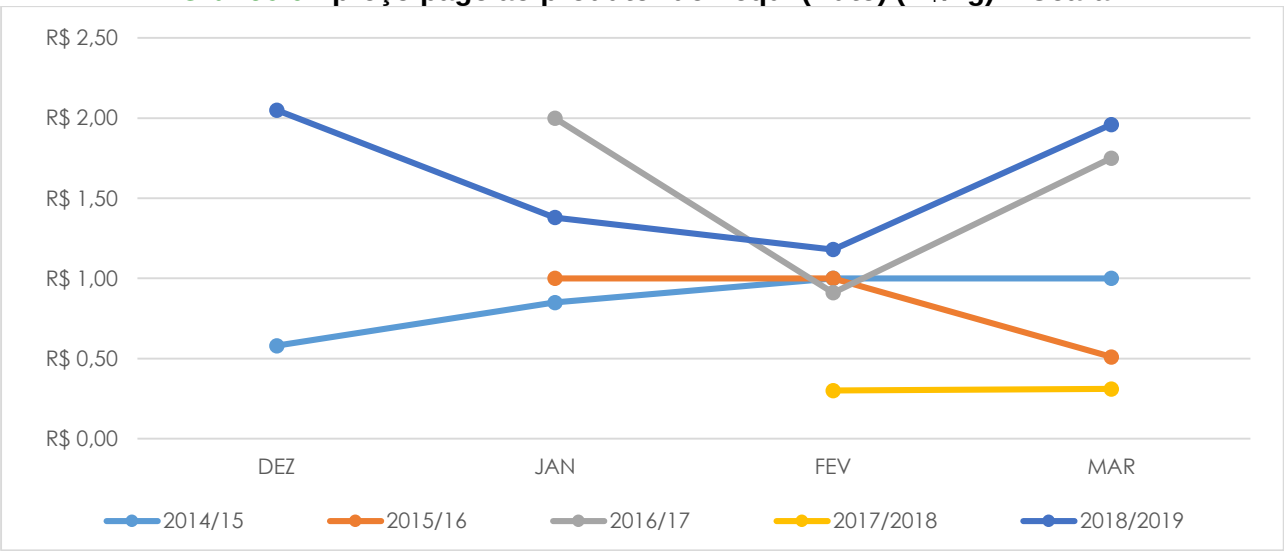
Gráfico 2 - preço pago ao produtor de Pequi (fruto) (R$/kg) – Minas Gerais



Fonte: Conab

No Ceará, a baixa produtividade do período também fez com que os preços da atual safra sejam maiores que das anteriores, como mostra o gráfico 3.

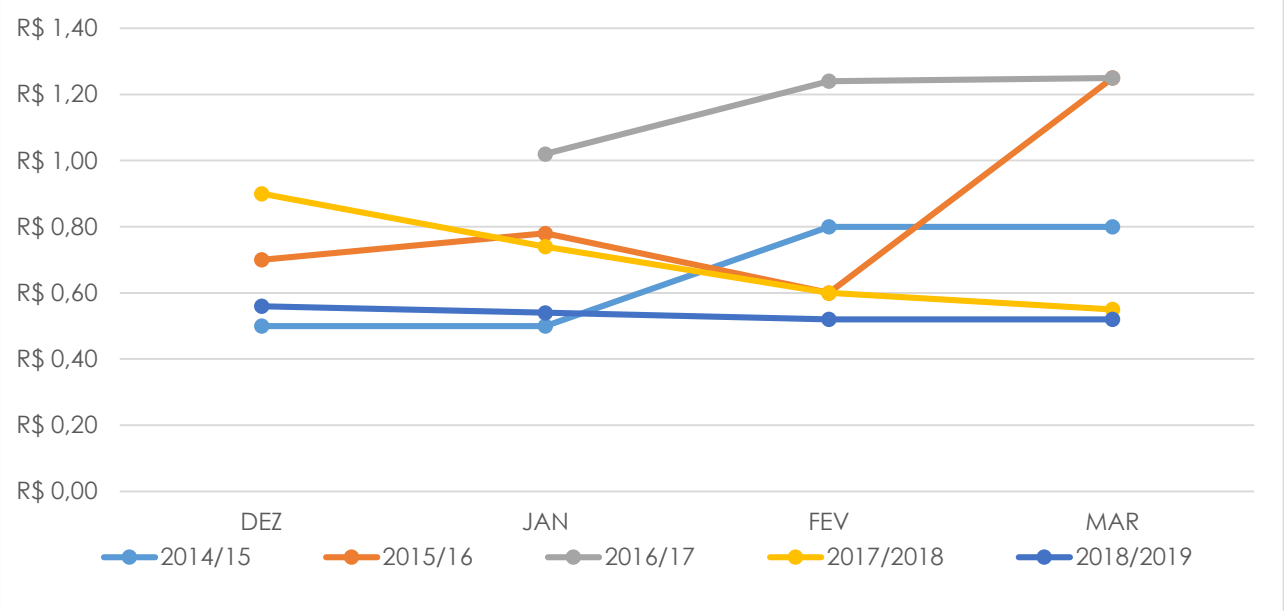
Gráfico 3 - preço pago ao produtor de Pequi (fruto) (R$/kg) – Ceará



Fonte: Conab

Em Goiás, a baixa produtividade também é um fator importante nesta safra para se considerar, todavia, a crescente demanda pelo pequi roletado[39] tem feito com que o preço do fruto caia, dada a baixa procura por esse produto. Quando vendido o pequi roletado, a sua validade é maior e o comprador tem a vantagem de receber apenas a poupa, subproduto de maior interesse comercial.

Gráfico 4 - preço pago ao produtor de Pequi (fruto) (R$/kg) – Goiás



Fonte: Conab

[39] Pequi roletado é um beneficiamento inicial feito pelos extrativistas que consiste em descascar o pequi e separar a poupa do caroço. A poupa vai para um recipiente com uma salmoura, que ajuda a manter a validade da polpa por mais tempo.

PIAÇAVA

Florence Rios Serra[40]

1. Características do produto

O Brasil é, indubitavelmente, a terra das palmeiras. É um dos países com maior número de espécies em estado nativo, com aproximadamente 300, entre espécies, variedades e híbridos naturais das 2.700 espécies atualmente descritas, dentro dos 240 gêneros de *Arecaceae.* Os indígenas chamavam o Norte e o Nordeste do Brasil de "Pindorama" em alusão à "terra das palmeiras"[41].

Quanto ao uso, as palmeiras são importantes porque fornecem alimentos, bebidas nutritivas, materiais de construção, combustíveis, açúcar, amido, bebidas fermentadas e destiladas, álcool industrial, fibras e junco; fornecem muita matéria-prima para o campo medicinal, resinas, ceras, marfim vegetal, muitos tipos de óleos e estimulantes[42].

'Várias espécies de palmeiras nativas no Brasil fazem parte de economias extrativistas na produção de fibras, algumas com uma maior projeção como a *Attalea funifera* e a *Leolpoldinia piassaba*. Estas duas espécies dominam o universo extrativista da produção de fibras[43].

A espécie de maior importância econômica é a *Attalea funifera*, endêmica do litoral sul da Bahia. A espécie *Leolpoldinia piassaba*, também de importância econômica é típica da região amazônica, especificamente nas proximidades do Rio Negro. A piaçava é responsável por mais de 96% da produção nacional extrativista de fibras de palmeiras. "Piaçava" vem do tupi, das palavras *pya* e *acaba*, significando amarrar, nó, tecer, trançar, juntar. Os indígenas chamavam a *Attalea funifera* de "Japeraçaba"[44].

As fibras das palmeiras acima mencionadas são coletadas em stands naturais e são exportadas ou usadas pela indústria local. Essas fibras de palmeiras brasileiras originam-se da base da folha e cobrem o estipe, ou seja são envoltas no tronco. Elas são desembaraçadas, arrumadas,

---

[40] Engenheira de alimentos e Analista mercado dos produtos: açaí, buriti, juçara, murumuru, piaçava e pinhão. florence.serra@conab.gov.br.

[41] OSOEGAWA, D. K . **Cadeia Produtiva Da Piaçava No Rio Xié/Alto Rio Negro – Amazonas**. 2017. Dissertação. Programa De Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal Do Amazonas, Manaus, 2017.

[42] AVELAR, F. F. **Utilização de fibras de piaçava (*Attalea funifera* Martius) na utilização de carvões ativados.** 2008. Dissertação. UFLA. Programa de Pós Graduação em Agroquímica. Lavras, Minas Gerais. 2008.

[43] JOSA, I. O. **Piaçabeiros e piaçaba no médio rio Negro (Amazonas - Brasil), socioeconomia da atividade extrativista e ecologia da Leopoldinia piassaba Wallace.** 2008. Dissertação. NPA/UFAM. Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, jul. 2008.

[44] GUIMARÃES, C. A. L.; SILVA, L. A. M. **Piaçava da Bahia (Attalea funifera Martius) : do extrativismo à cultura agrícola.** Ihéus, BA: Editus, 2012. 262 p.

depois de cortadas, e amarradas juntas em molhes. As fibras são usadas para produção de vassouras duras e escovas industriais, bem como cordas e cabos. Vale salientar que quase a totalidade destas fibras de palmeiras são originadas de economias extrativistas.

A piaçava baiana está concentrada nos territórios do sul e baixo sul da Bahia. São e estão localizadas em fazendas (política da meeira). Há um grande número de extrativistas e poucos produtores.

Já a palmeira *Leopoldinia piassaba*, típica da Amazônia, cresce em densas populações[45], em manchas espalhadas longe dos grandes rios, mas associadas a áreas de inundação[46]. Apresenta-se em concentrações maiores ao longo dos ecossistemas de caatinga e chavascal, formando 'reboladas' ou 'ilhas'[47].

Territórios do Sul e Baixo Sul da Bahia são responsáveis pela maior concentração de piaçava, Grandes áreas de piaçava e estão localizadas em fazendas (política da meeira).

Na cadeia da Piaçava existem diferentes formas de 'acabar' o produto, agregando mais ou menos valor, sendo:

- **Tora.** Fardo cilíndrico de 40 cm de altura e diâmetro variável, com o comprimento de fibra apropriado para encaixe nas vassouras.

- **Cabeça ou fardo**. Pacote de forma cônica e tamanho variável de fibra 'bruta', nãopenteada e não cortada. Seria a primeira evolução da 'piraíba, tendo o menor preço.

- **Saca penteada**. Contém a fibra já cortada e penteada.

2. Mercado Nacional

O Amazonas representa cerca de 10% do mercado de produção da fibra da piaçaba, sendo o estado da Bahia o maior produtor.

O mercado da piaçava está em queda frente a concorrência dos produtos sintéticos. Há demandas no mercado nacional e internacional, mas não há produtos competitivos. Além do fator de mercado a cadeia da piaçava enfrenta outros entraves como disputa de terras com indígenas, piaçavais sendo substituídos por outras culturas, falta de controle e fiscalização do comércio de cocos macho e fêmea para o mercado internacional - o que prejudica a renovação dos piaçavais,

---

[45] LESCURE, J.P; EMPERAIRE L.; FRACISCON, C.Leopoldinia piaçaba Wallace (Arecaceae): a few biological and economic data from the Rio Negro region (Brazil). **Forest Ecology and Management** (NDL) v. 55, p. 83-86, 1992.

[46] ETTER, A, IMAMOTO, M. El bosque de Ciqui-chiqui (Leopoldinia piassaba). In: CRIZON, I (Ed). **Por los territórios de la Marama**: la extracción de la fibra de Chiqui-chiqui en la Amazônia colombiana. Colombia: Instituto de Estudios Ambientales para el Desarrollo, Pontifícia Universidad Javeriana, 2001, p. 35-55.

[47] MEIRA, M. **O tempo dos patrões.** 1993. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993. 706 p.

além do baixo nível tecnológico. A tabela abaixo mostra o decréscimo acentuado na produção da piaçava na Bahia e na Amazônia, entre os anos de 2004 a 2012.

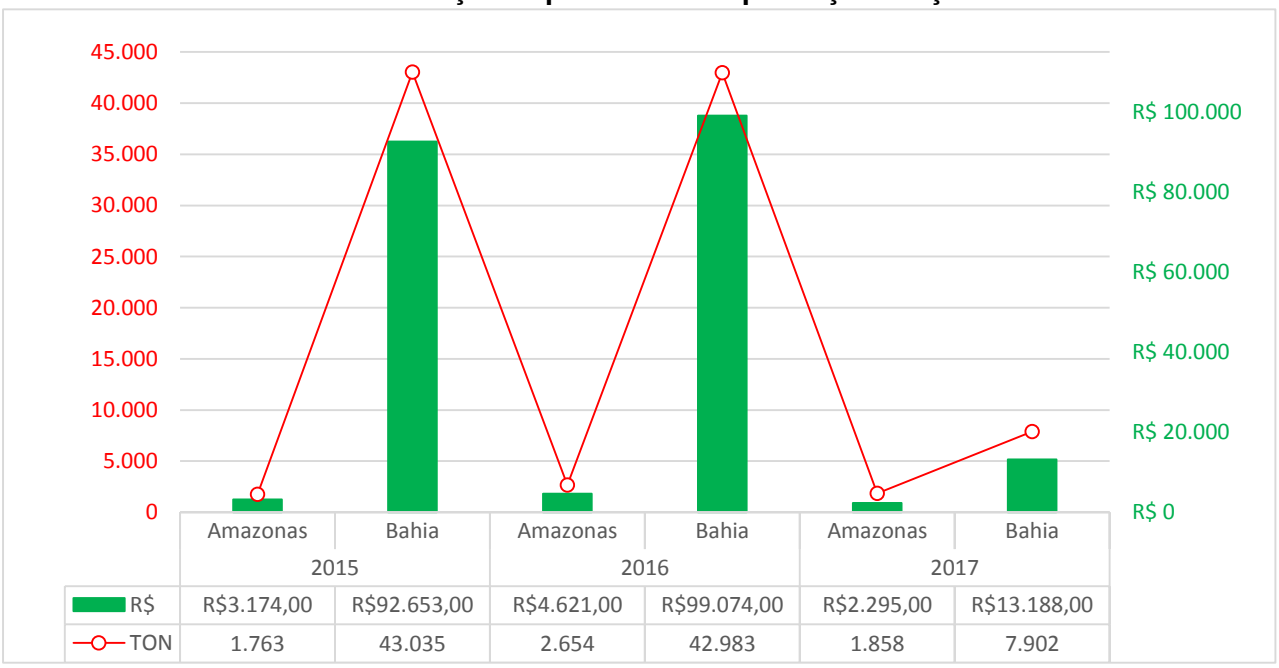
Tabela 1- Produção de Piaçava nos anos 2004 e 2012

Ano	Produção total	Piaçava da Bahia	Piaçava da Amazônia
2004	96.173	86.555	8.732
2012	57.762	55.545	2.217

Fonte: PEVS

Neste período, houve queda de 39,9 % na produção nacional de piaçava. O gráfico abaixo traz o comportamento dos valores em relação à produção de piaçava de 2015 a 2017, onde também pode ser observada queda na produção da fibra.

Gráfico 1 – Valor em relação a quantidade da produção Piaçava – 2015 - 2017



Fonte: PEVS

O gráfico acima mostra a drástica queda na produção e nos valores da piaçava. Na Bahia, entre 2015 e 2016 houve aumento na produção de 7%, contudo, o valor arrecadado foi 0,1 % menor, evidenciando um deságio do produto. Entre 2016 e 2017, tanto a produção quanto o valor sofreram queda brusca de 81,6 % e 86 %, respectivamente.

Entre 2009 e 2017, os extrativistas baianos de piaçava receberam mais de R$ 5 milhões da Conab, por meio da PGPM-Bio. Atualmente, a cotação da fibra no mercado baiano está 50% abaixo do preço mínimo de R$ 2,26/kg estipulado para a região. No Amazonas o preço pago ao produtor esteve acima do mínimo nos últimos 2 (dois) meses.

Tabela 2 – Comparativo do preço pago ao produtor de Piaçava (R$/kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2018			1° TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar				
AMAZONAS	1,77	1,51	1,6	1,94	2,42	2,42	10%	60%	51%	R$ 2,26
BAHIA	1,13	1,13	1,13	1	1,09	1,13	-12%	-4%	0%	

Fonte: Conab

3. Mercado Internacional

A piaçava tem sido substituída pelo náilon gradativamente e o consumidor não percebeu o que estava perdendo. Segundo alguns atores envolvidos, a fibra natural apresenta vantagens em relação ao náilon, uma vez que o náilon estraga com maior rapidez e é menos resistente que a piaçava, contudo, o preço final da vassoura de piaçava é superior ao da versão sintética. Já para os representantes da indústria de sintéticos falta qualidade na piaçava e, esse fator, aliado a um menor preço fez com que fosse substituída.

As exportações de piaçava vem apresentando queda rigorosa nos últimos anos. Os principais mercados compradores são, a Europa e os Estados Unidos. A tabela abaixo faz um comparativo entre o volume e valor de exportação entre os 1º trimestres de 2018 e 2019.

Tabela 3 – Valor e Volume de produção exportado 1º tri/2018 e 1º tri/2019

Países	1º TRIMESTRE DE 2018		1º TRIMESTRE DE 2019	
	US$/FOB	PESO/TON	US$/FOB	PESO/TON
Alemanha	17,74	5,00	-	-
Bélgica	32,40	12,00	-	-
Egito	-	-	25,17	56,55
Indonésia	-	-	14,28	28,55
Japão	0,52	0,008	0,28	0,004
TOTAL	**50,66**	**17,01**	**39,72**	**85,10**

Fonte: Agrostat

A tabela mostra o deságio acentuado da fibra que, em 2018, mesmo com menor volume de produção exportado, arrecadou 27,5 % a mais que em 2019, apesar do quantitativo de exportação neste ano ter aumentado quase 400%.

4. Perspectivas

Algumas cooperativas de piaçaveiros têm aderido a programas de competitividade e internacionalização das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), os quais realizam o desenvolvimento de um plano com definição de metas e prioridades, como iniciativa para conquistar o mercado e impulsionar a produção de piaçavas.

A fibra de piaçava entrou no mercado externo com apelo ecológico pois é derivada de uma fibra natural e é biodegradável, ao contrário do náilon. Esse apelo deve continuar a ser explorado, todavia, de forma mais incisiva como marketing positivo, algo que pode ser decisivo no momento da compra pelo consumidor ou para atrair investimento, principalmente se levar em conta o fato do Brasil estar inserido em acordos internacionais de preservação de meio ambiente, entre eles, a COP 2015, do qual o Brasil é signatário e comprometido com metas específicas de sustentabilidade. O investimento no cultivo racional também é uma boa alternativa para diminuir o custo de produção da piaçava e tornar o preço da fibra mais competitivo.

UMBU

Enio Carlos Moura de Souza[48]

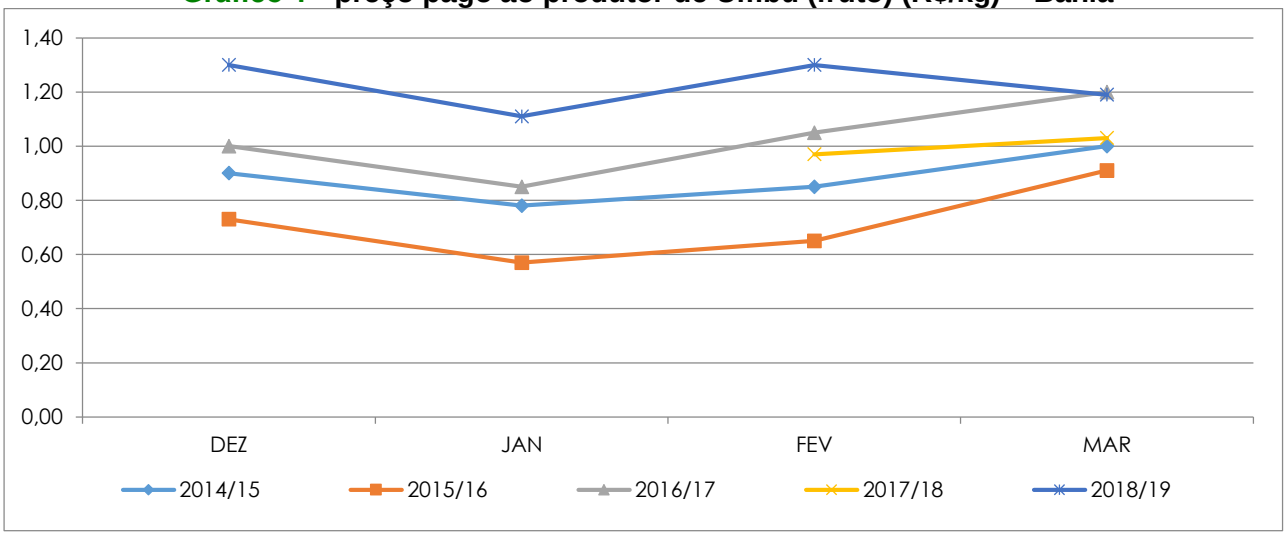
1. Características do produto

O umbu é fruto do umbuzeiro, árvore de pequeno porte podendo chegar a 7 metros de altura, de copa larga, alcançando até 15 metros de altura. Nativa do semiárido nordestino é uma das árvores símbolo da região dada a sua resistência à temperatura seca. Também chamada de árvore sagrada do sertão por alguns romancistas, graças a sua peculiaridade em armazenar água em suas raízes compostas de órgãos de reserva chamados xilopódios ou túberos.

O fruto é pequeno, de cor verde amarelada, com textura aveludada, rico em vitamina C. Pode ser consumido in natura ou beneficiado, processado em forma de polpas, sorvetes, geleias e doces. É bastante perecível e seu fruto quando maduro deve ser consumido, em média, em dois ou três dias. Sua safra ocorre de janeiro a abril.

2. Preços e comercialização

Gráfico 1 - preço pago ao produtor de Umbu (fruto) (R$/kg) – Bahia



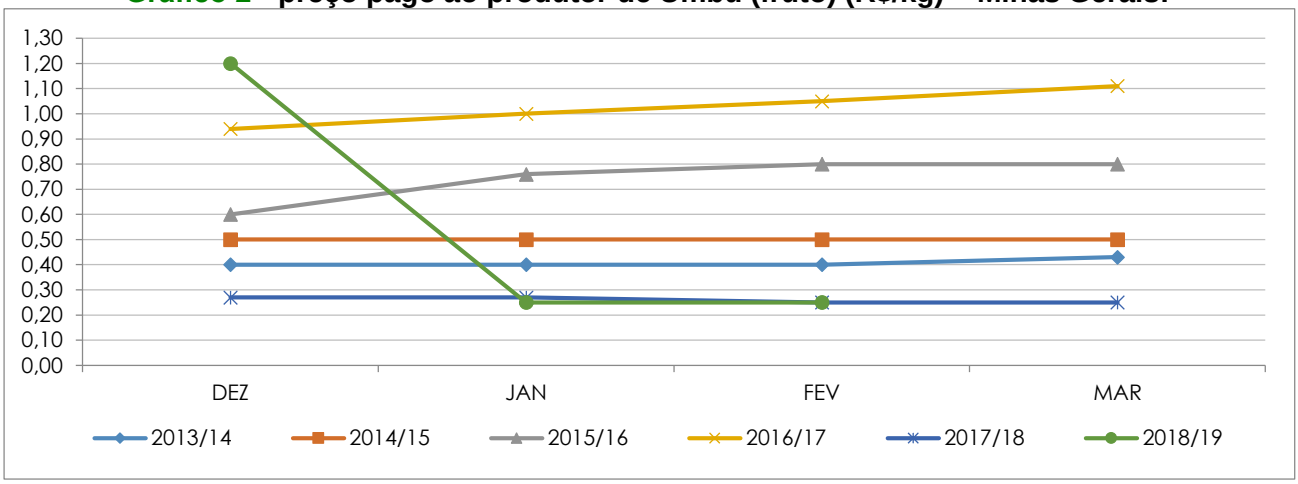
Fonte: Conab

Na Bahia, em dezembro já havia comercialização de umbu nas principais praças do estado. O preço inicial foi de R$1,30 por quilograma. É o preço mais alto desde 2014/2015. A baixa produtividade deste ano pode explicar os preços mais altos. O fruto tem demanda forte no sertão baiano, tanto para consumo in natura quanto para produção de subprodutos, como doces, polpas e outros.

---

[48] Mestre em economia e analista de mercado dos produtos: babaçu, cacau, mangaba, umbu, pequi e carnaúba. enio.souza@conab.gov.br.

Gráfico 2 - preço pago ao produtor de Umbu (fruto) (R$/kg) – Minas Gerais:



Fonte: Conab

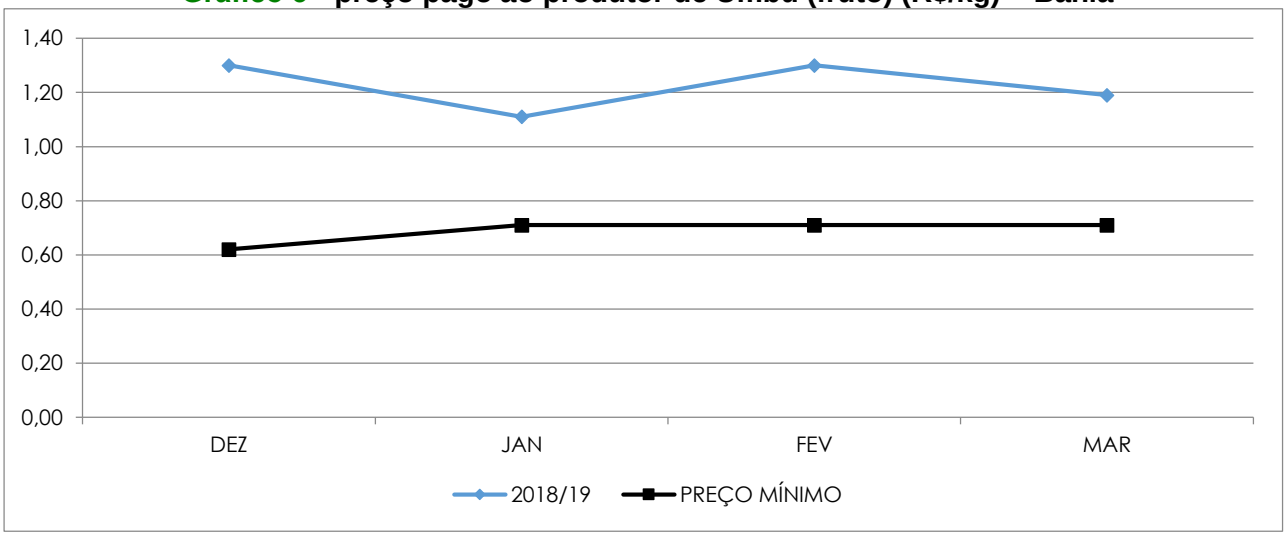
Os volumes comercializados de umbu em Minas Gerais ainda são pequenos, se comparados à Bahia (maior produtor segundo IBGE), todavia, nos últimos anos a produção tem dado saltos, segundo o instituto -, o que pode significar duas coisas: (i) as medições anteriores do IBGE estavam erradas ou (ii) o estado tem produzido mais umbu nas últimas safras. De qualquer forma, há uma aparente melhor safra que tem feito com que os preços estejam caindo na safra 2018/2019, conforme aponta o gráfico acima.

Em relação ao preço mínimo, apenas Minas Gerais tem seus preços médios abaixo daquele estabelecido pelo Governo Federal. É importante ressaltar que algumas cidades baianas (ou mesmo de outros estados aqui não citados) podem apresentar preços médios abaixo do mínimo.

No caso da Paraíba, a produção de umbu tem apresentado comportamento tardio nas safras 2018 e 2019. No ano passado a comercialização se concentrou nos meses de março a julho e devido à pouca chuva a safra não ocorreu em janeiro até abril, como de costume. Aparentemente, esse 2019 será igual, pois, a comercialização do fruto teve início em março, com preço médio de R$0,94 centavos por quilograma de fruto, em Cubati.

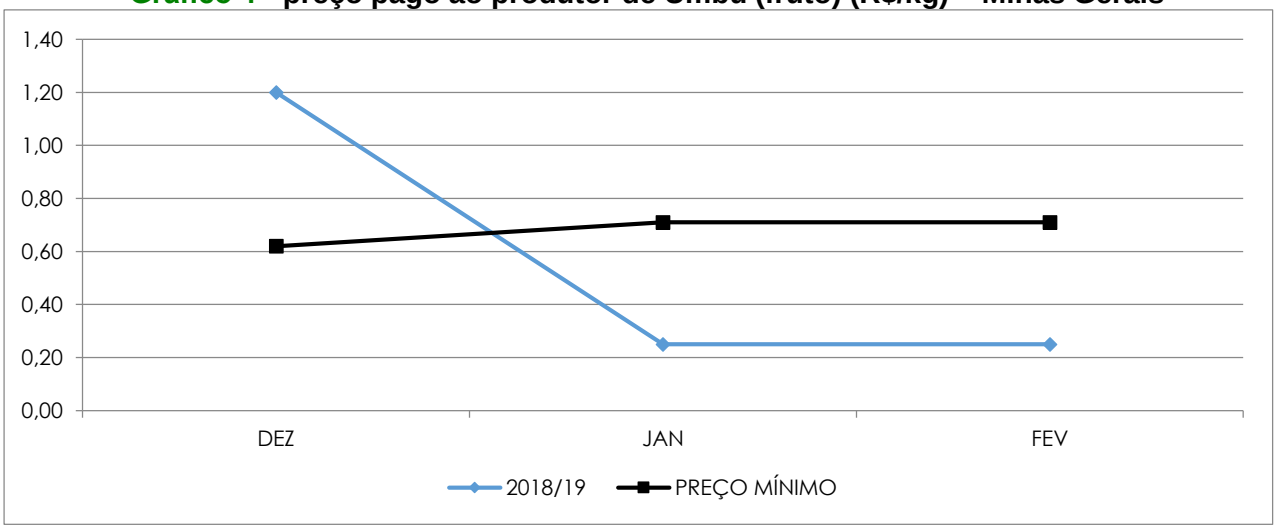
Abaixo tem-se os gráficos 3 e 4, comparando os preços pagos aos produtores de umbu em Minas Gerais e na Bahia ao preço mínimo.

Gráfico 3 - preço pago ao produtor de Umbu (fruto) (R$/kg) – Bahia



Fonte: Conab

Gráfico 4 - preço pago ao produtor de Umbu (fruto) (R$/kg) – Minas Gerais



Fonte: Conab



ISSN: 2527-1598

Conab

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL